

INDICADORES DE CONJUNTURA ECONÔMICA DO MARANHÃO

1º semestre de 2011

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão

ISSN 2236 – 9864

Ind. Conj. Econ. MA., São Luís, V.4, n.1, p. 1 – 55, jan./jun. 2011

GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Fábio Gondim

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**PRESIDENTE**

Fernando José Pinto Barreto

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Sadick Nahuz Neto

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

Josiel Ribeiro Ferreira

COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Felipe de Holanda

ELABORAÇÃO

Felipe de Holanda

Talita Nascimento

Daniele Amorim

Geilson Pestana

Leilivânia Lima

EDITORAÇÃO

Talita Nascimento

APOIO TÉCNICO

Dionatan Carvalho

REVISÃO

Ângélica Maria Frazão Souza

NORMALIZAÇÃO

Virgínia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 1, N.1 (jan./jun. 2008)- .- São Luís: IMESC, 2008 -

Semestral

ISSN 2236-9864

1. Economia–Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

CDU 33 (812. 1)

APRESENTAÇÃO

Tenho grande satisfação em apresentar ao público mais uma edição do Boletim **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**, que reúne análises e informações sobre o desenvolvimento recente dos diversos setores e atividades que compõem a economia maranhense. Trata-se dos frutos de uma das linhas de pesquisa do IMESC, instituição que vem realizando um importante trabalho no sentido de reunir, sistematizar e analisar informações sobre a realidade maranhense.

Este volume apresenta uma síntese do desempenho econômico do Estado do Maranhão no primeiro semestre de 2011, tendo como pano de fundo inicial uma análise sobre os recentes desdobramentos da crise internacional, que entrou a partir do início do 2º semestre de 2011 em uma nova fase de instabilidades, desta vez a partir das dificuldades políticas evidenciadas nos EUA e em diversos países europeus em gerir dívidas públicas em trajetórias explosivas em um quadro de baixa atividade econômica. No plano nacional, a elevação dos juros primários como estratégia de combate à inflação e o desequilíbrio externo em agravamento sinalizam para os próximos dois anos uma fase de menor crescimento econômico e maior instabilidade financeira.

No que se refere à economia maranhense, este volume oferece aos leitores um abrangente conjunto de estatísticas e análises, a partir de quatro temas principais. Na seção **nível de atividades** avaliam-se os indicadores da safra maranhense 2010/2011, a demanda de energia, o financiamento imobiliário, o desempenho do comércio e da inadimplência, assim como o PIB série 2004-2008 e as perspectivas relacionadas aos novos investimentos em andamento no Estado.

A seção **mercado de trabalho** avalia os números recordes de geração de empregos em várias regiões do Estado no primeiro semestre de 2011, analisando, a partir de sua composição setorial, os segmentos líderes na retomada do crescimento econômico no Estado. No Box intitulado “Dimensão atual da informalidade no mercado de trabalho maranhense e brasileiro” revela-se que houve um expressivo aumento da participação do emprego formal no Estado na última década, embora o percentual de formalização ainda continue significativamente inferior ao do nível nacional.

A seção **comércio exterior** faz uma radiografia das mudanças recentes na pauta de exportações e de importações do Estado, analisando também a vulnerabilidade das mesmas à mudança dos preços de *commodities* no mercado internacional. Por fim, na seção **finanças públicas** são avaliados os indicadores recentes de receitas, despesas e programas de transferência de renda nas esferas estadual e municipal.

Neste sentido, este número do **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão** constitui-se em uma importante ferramenta para subsidiar o planejamento público e privado, assim como para abrir espaço para o debate qualificado a respeito dos principais desafios e oportunidades que o acelerado ritmo de mudanças produtivas vem criando no Estado em período recente.

Fábio Gondim

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da Dívida Líquida do Setor Público – EUA, Japão e Eurolândia de 2005 a 2012 (em % do PIB)	12
Gráfico 2	Utilização da Capacidade Instalada Industrial – Geral e Por Categoria de Uso (em %)	14
Gráfico 3	Evolução do IPCA – Jul/05 a Jul/11 (Acum. de 12 meses, em % a.a)	14
Gráfico 4	Evolução do IGP-DI e seus componentes Jun/05 a Jun/11 (acum. de 12 meses, em % a.a)	15
Gráfico 5	Evolução da Taxa de Desemprego Aberto Brasil – Jun/05 a Jun/11 (em % da PEA)	16
Gráfico 6	Dívida Líquida do Setor Público Jun/00 a Jun/11 (em % do PIB)	18
Gráfico 7	Taxa de Câmbio Real Medida Contra o Dólar e Contra o Euro (Jun/94=100; corrigida pelo IPA-DI-FGV)	19
Gráfico 8	Composição das Exportações Maranhenses – 2004 a 2010	21
Gráfico 9	Evolução do Mercado de Trabalho Formal do Maranhão em 2009, 2010 e 1º Sem/11 (Contratações Líquidas)	25
Gráfico 10	Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados pelo Maranhão (US\$/kg)	26
Gráfico 11	Investimentos em Andamento e Planejados no Estado do Maranhão (2011-2016) – em % do Total	27
Gráfico 12	Composição da Área Plantada no Maranhão por Principais Culturas (Safras 2009/10 e 2010/11)	29
Gráfico 13	Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis no MA (Valores em Mil Reais – INPC Base = Maio/11)	32
Gráfico 14	Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Dessaz. BR e MA – Jun/05 a Jun/11 (Índice 2003=100)	33
Gráfico 15	Cheques Sem Fundos MA, NE e BR (em % do Total) Maio/08 a Maio/11	35
Gráfico 16	Investimentos em Andamento e Planejados – Estado do Maranhão (2010-2016) – Em % do Total	36
Gráfico 17	PIB do Estado do Maranhão a Preços de Mercado Correntes (Série 2002 – 2008 e Projeções para 2009 a 2012)	38
Gráfico 18	Balança Comercial do Estado do Maranhão (em US\$ Milhões)	42
Gráfico 19	Importação de Bens de Capital 2000-2011 (em US\$ Mil)	44
Gráfico 20	Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados pelo Maranhão (US\$/kg)	45
Gráfico 21	Arrecadação de ICMS no Maranhão Mai/07 a Mai/11 (Variação Real do Trimestre Encerrado no Mês sobre o Mesmo Trimestre do Ano Anterior - Inflacionada pelo INPC, em % ao Ano)	46
Gráfico 22	Composição Setorial da Arrecadação do ICMS no Estado do Maranhão no Ano de 2011* (em R\$ Mil – Valores Inflacionados pelo INPC – e em %)	47
Gráfico 23	Investimentos e Serviços da Dívida como % das Despesas Totais – Governo do Estado do Maranhão 2002 ao 1º Sem/11	51
Gráfico 24	Evolução do Percentual de Emprego Formal no Total de Ocupados de 2002 a 2009, Segundo RAIS e PNAD – Brasil e Maranhão	52
Gráfico 25	Evolução do Percentual de Emprego Formal no Total de Ocupados (Maranhão e Brasil) Principais Setores de 2002 a 2009	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxa de Crescimento do PIB de Economias Seleccionadas (em % a.a)	11
Tabela 2	Evolução do PIB Brasil por Categoria de Despesa (Média de 4 tri Sobre os 4 tri Anteriores, em %)	13
Tabela 3	Evolução da Produção Física Industrial- Brasil por Tipo de Índice e Categorias de Uso (%)	13
Tabela 4	Evolução do IPCA e de Seus Componentes de Janeiro de 2010 a Junho de 2011, em Várias Formas de Comparação	15
Tabela 5	Evolução do IGP-DI e de seus Componentes entre Abril e Junho de 2011 e Diferencial sobre o Mesmo Período do Ano Anterior (% ao mês)	15
Tabela 6	Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil do 1º Semestre de 2009 ao 1º Semestre de 2011, Segundo Setores de Atividade.	16
Tabela 7	Resultado Fiscal do Governo Central (R\$ milhões, a Preços de Junho de 2011, Inflacionados pelo IPCA)	17
Tabela 8	Balanço de Pagamentos Brasileiro 2005 a 2011(U\$S milhões)	18
Tabela 9	Projeções e Tendências para a Economia Brasileira em 2011 e 2012	20
Tabela 10	Composição e Contribuição Setorial para o Crescimento do Valor Adicionado na Economia Maranhense entre 2002 e 2008 (% ao Ano e % do Total)	21
Tabela 11	Evolução da PEA, População Ocupada, População Desempregada e da Taxa de Ocupação no Estado do Maranhão entre 2002 e 2008(Mil Pessoas e % a.a)	22
Tabela 12	Evolução da População Ocupada no Estado do Maranhão Segundo o Total, Setores e Grupos de Atividades (em mil pessoas e % a.a)	23
Tabela 13	Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção do Brasil em 2010 e Jul/2011.	28
Tabela 14	Total do Financiamento Agrícola Destinado à Lavoura, Participação das Principais Culturas no Total do Financiamento Agrícola Destinado à Lavoura e Taxa Média de Crescimento Anual dessas Culturas de 2000 a 2010 (Em %)	29
Tabela 15	Consumo de Energia Enérgica nas Atividades Primárias e Secundárias no Estado do Maranhão de 2008 a 2011(Valores em GWh e Crescimento em %)	30
Tabela 16	Consumo de Energia Enérgica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2008 a 2011(Valores em GWh e Crescimento em %)	31
Tabela 17	Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ Milhões Inflacionados pelo INPC)	31
Tabela 18	Consumo Aparente de Cimento MA, NE, e BR (Em 1.000 Ton)	32
Tabela 19	Produção de Cimento MA, NE, e BR (Em 1.000 Ton)	33
Tabela 20	Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Dessaz. MA e BR (2003=100)	34
Tabela 21	Endividamento dos Consumidores Ludovicenses em Jul/10, Jun/11 e Jul/11	34
Tabela 22	Cheques Devolvidos Sem Fundos no Maranhão	35
Tabela 23	Investimentos em Andamento e Planejados no Estado do Maranhão (R\$ Mil) 2010 a 2016	37
Tabela 24	Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Maranhão de 2008 a 2011	39
Tabela 25	Evolução do Mercado de Trabalho Maranhense do Setor de Construção Civil nos Anos de 2009 a 2011 - Ordem Decrescente de Contratações em 2011	40

Tabela 26	Evolução no Mercado de Trabalho Maranhense do Setor de Serviços nos Anos de 2009 a 2011- Cinco Maiores e Cinco Menores Contratações.	40
Tabela 27	Mercado de Trabalho- 15 Maiores e 10 Menores Contratações Líquidas Segundo Subsetores de Atividade, por Municípios Maranhenses no 1º Semestre de 2011.	41
Tabela 28	Evolução da Corrente de Comércio Exterior do Estado do Maranhão	42
Tabela 29	Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$ Milhões), Quantidade (Em 1000 Ton.) e Crescimento (% a.a)	43
Tabela 30	Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2005 a 2011* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)	43
Tabela 31	Evolução da Pauta de Importações do Estado do Maranhão dos Anos 2009 a 2011 (Composição em US\$ Milhões e Crescimento em %)	44
Tabela 32	Composição da Pauta de Importações do Maranhão por Origem, de 2005 a 2011* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)	45
Tabela 33	Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2004 a 2011* (Valores em Mil Reais Inflacionados pelo INPC Acumulado até Jun/11)	46
Tabela 34	Arrecadação de ICMS por Setores e Atividades Selecionadas no Estado do Maranhão no Mês de Maio/11- Valores Constantes Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2011	47
Tabela 35	Evolução da Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão 2007 a 2011*(R\$ Milhões, Inflacionados pelo IPCA Acumulado de 2011)	48
Tabela 36	Transferências Constitucionais para o Estado do Maranhão (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2011)	49
Tabela 37	Transferências Constitucionais para Municípios do Maranhão (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2011)	49
Tabela 38	Programa Bolsa Família- Famílias Beneficiadas (Mil Pessoas) e Valor do Repasse Monetário (R\$ Milhões) - Maranhão, Nordeste e Brasil	50
Tabela 39	Benefício de Prestação Continuada- Famílias Beneficiadas (Mil Pessoas) e Valor do Repasse Monetário (R\$ Milhões)- Maranhão, Nordeste e Brasil	50
Tabela 40	Governo do Estado do Maranhão- Evolução da Despesa por Principais Categorias de Gastos (R\$ Milhões a Preços de 2010, Crescimento e % do Total)	51
Tabela 41	Evolução da Participação (%) por Subsetores do Estoque de Emprego no Mercado de Trabalho Formal do Maranhão de 2002 a 2010, Segundo RAIS	54
Tabela 42	Evolução da Participação (%) por Subsetores do Estoque de Emprego no Mercado de Trabalho Formal do Brasil de 2002 a 2010, Segundo RAIS	55

SUMÁRIO

1 CENÁRIO MACROECONÔMICO NACIONAL E INTERNACIONAL	11
1.1 Cenário Internacional.....	11
1.2 Cenário Nacional	12
2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA MARANHENSE.....	20
2.1 Antecedentes: Fontes de Dinamismo da Economia Maranhense na Última Década	20
2.2 A Crise Externa Afetou a Economia Maranhense por Meio de Três Canais Principais	23
2.3 No Período Pós 2009 os Segmentos de Construção Civil, Serviços e Comércio foram os que Mais Contribuíram para a Geração de Empregos na Economia Maranhense	24
2.4 Perspectivas.....	27
3 CONJUNTURA MARANHENSE EM DADOS.....	28
3.1 Nível de Atividades.....	28
3.1.1 Produção Agrícola	28
3.1.2 Consumo de Energia Elétrica	30
3.1.3 Construção Civil.....	31
3.1.4 Evolução das Vendas do Comércio	33
3.1.5 Endividamento	34
3.1.6 Inadimplência.....	35
3.1.7 Investimentos.....	35
3.1.8 Produto Interno Bruto	38
3.2 Mercado de Trabalho	39
3.2.1 Empregos Formais (CAGED)	39
3.3 Comércio Exterior.....	41
3.3.1 Balança Comercial.....	41
3.3.2 Exportações.....	42
3.3.3 Importações	44
3.3.4 Preços.....	45
3.4 Finanças Públicas.....	45
3.4.1 Receitas	45
3.4.2 Transferências Constitucionais	48
3.4.3 Transferências De Renda	50
3.4.4 Despesas	51
BOX – DIMENSÃO ATUAL DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE E BRASILEIRO.....	52

1 CENÁRIO MACROECONÔMICO NACIONAL E INTERNACIONAL

1.1 Cenário Internacional

O cenário internacional voltou a tornar-se conturbado no início deste segundo semestre de 2011. O grande problema permanece relacionado ao desempenho macroeconômico das economias mais desenvolvidas. A economia norte-americana registrava, ao final do primeiro semestre do ano, a elevada taxa de 9,1% de desemprego aberto, contribuindo para uma corrosão da sustentação política da administração do Presidente Barack Obama. O inédito rebaixamento da classificação de risco dos EUA pela Agência *Standard and Poors*, da cotação máxima AAA para AA+, foi o limiar para um novo período de grande volatilidade no mercado financeiro internacional e que vem impactando fortemente as bolsas de valores em escala global.

Segundo a agência de classificação de risco, o *downgrade* na classificação de risco da dívida norte-americana (e também das gigantes hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac) deveu-se, sobretudo, às dificuldades políticas enfrentadas pela administração Obama em suas relações com o Congresso, no que diz respeito à ampliação do teto de endividamento do governo e à adoção de medidas de contenção fiscal.

A ironia é que, ainda que seja aprovado no Congresso dos EUA, o ajuste fiscal proposto da ordem de US\$ 1,5 trilhões, visto como imprescindível para estabilizar o endividamento público naquele país, resultaria em uma expressiva redução da atividade em uma economia já em baixa utilização dos recursos produtivos, exatamente o contrário prescrito pela terapia macroeconômica indicada para tempos de crise. E, na ausência de condições políticas para estabilizar a equação fiscal, o recurso às massivas emissões monetárias deverá manter o alargamento da liquidez mundial e a tendência à desvalorização da moeda norte americana, além de estimular a inflação.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB de Economias Seleccionadas (em % a.a.)

Países e Regiões seleccionados	2009	2010	Projeções*	
			2011	2012
PIB Mundial	-0,5	5,1	4,3	4,5
Economias Avançadas	-3,4	3,0	2,2	2,6
Estados Unidos	-2,6	2,9	2,5	2,7
Zona Euro	-4,1	1,8	2,0	1,7
Alemanha	-4,7	3,5	3,2	2,0
França	-2,6	1,4	2,1	1,9
Itália	-5,2	1,3	1,0	1,3
Espanha	-3,7	-0,1	0,8	1,6
Japão	-6,3	4,0	-0,7	2,9
Reino Unido	-4,9	1,3	1,5	2,3
Economias emergentes	2,8	7,4	6,6	6,4
Rússia	-7,8	4,0	4,8	4,5
China	9,2	10,3	9,6	9,5
Índia	6,8	10,4	8,2	7,8
Brasil	-0,6	7,5	4,1	3,6
México	-6,1	5,5	4,7	4,0

Fonte: FMI- *World Economic Outlook*, Junho 2011

* Projeções de Junho de 2011

As projeções para o desempenho da economia mundial divulgadas em Junho de 2011 pelo FMI apontam para um crescimento de 4,3% da economia global neste ano, comparado ao crescimento de 5,1% em 2010. As economias avançadas devem registrar em 2011 uma expansão de 2,2%, o que implica uma reversão de 0,8 ponto percentual em relação ao desempenho de 2010 (**Tabela 1**). Trata-se de uma estimativa de crescimento modesta para os padrões históricos, em grande parte devido à permanência de altas taxas de desemprego e endividamento público, assim como o acúmulo de dívidas privadas, especialmente nos segmentos imobiliário e comercial.

Os indicadores disponíveis apontam para um baixo crescimento das economias da área do EURO (2,0% em 2011) e um desempenho ainda pior do Japão (-0,7%), em grande parte influenciados pelas catástrofes naturais que abalaram o país no início do ano. Na zona do EURO, o acúmulo de endividamento público e privado provê suporte às previsões pessimistas de incapacidade de fazer frente aos custos da dívida soberana em países

como a Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha. Neste último caso um possível default traria impactos muito violentos sobre os países latinos americanos (em especial México, Brasil e Chile), em função do grande estoque de investimentos espanhóis em segmentos como telefonia, bancos, energia, entre outros.

As economias emergentes devem continuar exibindo taxas mais elevadas de crescimento, em grande parte devido aos bons resultados dos chamados BRICs, em destaque China (9,6% de expansão em 2011) e Índia (8,2%). As previsões divulgadas pelo FMI, para o desempenho da economia brasileira em 2010 e 2011, podem ser consideradas otimistas diante das recentes evidências de reversão da atividade econômica no Brasil.

Os maiores riscos presentes atualmente na economia global referem-se ao preocupante acúmulo de endividamento público nas economias mais desenvolvidas, em grande parte como reflexo da utilização da política fiscal para conter a desaceleração da atividade, tendo em vista a fragilidade dos sistemas financeiros e o aumento do desemprego. (ver **Gráfico 1**).

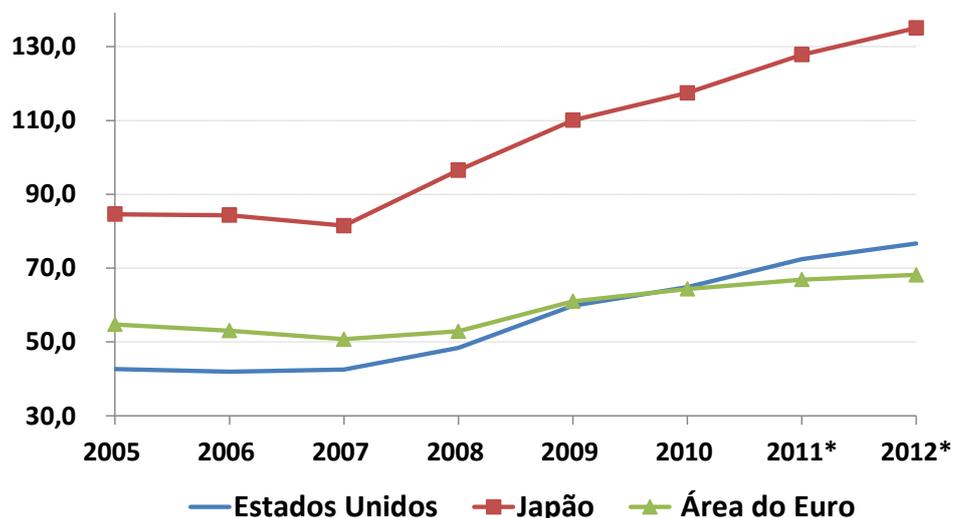


Gráfico 1 - Evolução da Dívida Líquida do Setor Público - EUA, Japão e Eurozona de 2005 a 2010 (Em % do PIB)

Fonte: FMI; * Previsões para dezembro

O crescimento acelerado do endividamento público nas economias desenvolvidas limita a capacidade de intervenção com políticas fiscais anticíclicas.

Para vários analistas, a onda de desconfiança que resultou na forte queda nos preços de ações em escala global, a partir da segunda quinzena de julho, deflagrou o que pode ser considerada a segunda perna descendente do movimento em W que caracteriza a atual crise mundial – este com duração maior, dada a escassez de instrumentos para estimular a atividade econômica nos países desenvolvidos. O segundo movimento descendente, na medida em que configura uma desaceleração na demanda por bens de consumo e investimentos nas economias centrais, deverá se materializar em retração nos preços das *commodities* agrícolas e minerais e em movimentos cíclicos de retração de crédito.

Do ponto de vista da economia brasileira, dois aspectos são particularmente relevantes no que se refere à trajetória da economia mundial esperada para 2011 e 2012: a) evolução do comércio mundial, em especial os preços das *commodities* (que se encontram em picos históricos), assim como à demanda por importações dos principais mercados de destino das exportações brasileiras e; b) evolução da disponibilidade de crédito em suas várias modalidades para o financiamento do elevado déficit em transações correntes do Brasil e dos investimentos em processo de instalação no país e destinados ao mercado mundial.

1.2 Cenário Nacional

De acordo com os dados do IBGE, a economia brasileira registrou uma expansão real de 7,4% em 2010, alimentada pela retomada dos investimentos (+21,6%) e, também, pelo consumo das famílias (+6,5%). A comparação com um ano de baixa atividade econômica, sob os efeitos da crise internacional, foi um dos fatores que explicou a vigorosa expansão, a qual foi, também, caracterizada por um expressivo crescimento dos gastos governamentais (+4,4%) e por um aprofundamento do desequilíbrio externo (enquanto as exportações

expandiram-se 12,1% em comparação com o ano anterior, as importações se elevaram à taxa de 34,6%, sob a mesma base). (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do PIB no Brasil por Categoria de Despesa (Média de 4 tri Sobre os 4 tri Anteriores, em %)

A comparação com um ano de baixa atividade econômica, sob os efeitos da crise internacional, foi um dos fatores que explicou a vigorosa expansão, a qual foi, também, caracterizada por um expressivo crescimento dos gastos governamentais (+4,4%) e por um aprofundamento do desequilíbrio externo (enquanto as exportações expandiram-se 12,1% em comparação com o ano anterior, as importações se elevaram à taxa de 34,6%, sob a mesma base). (Tabela 2).

Os dados do primeiro trimestre de 2011, por sua vez, já registram os efeitos da contração monetária sobre o consumo das famílias (+0,6% em relação ao último trimestre de 2010, com ajuste sazonal) e sobre os investimentos (+1,2%, na mesma base de comparação).

Ano	PIB Real	Consumo das famílias	Consumo do Governo	Formação bruta de capital fixo	Exportações	Importações
2000	4,3	4,0	-0,2	5,0	12,9	10,8
2001	1,3	0,7	2,7	0,4	10,0	1,5
2002	2,7	1,9	4,7	-5,2	7,4	-11,8
2003	1,1	-0,8	1,2	-4,6	10,4	-1,6
2004	5,7	3,8	4,1	9,1	15,3	13,3
2005	3,2	4,5	2,3	3,6	9,3	8,5
2006	3,8	4,6	2,8	10,0	4,7	18,3
2007	5,4	6,5	3,1	13,4	6,6	20,7
2008	5,1	5,4	5,7	13,8	-0,6	18,5
2009	-0,2	4,1	3,7	-9,9	-10,3	-11,4
2010	7,4	6,5	4,4	21,6	12,1	34,6

Contra o Trimestre Anterior (com ajuste sazonal)						
1° Tr08	1,5	1,5	2,3	4,5	-5,3	2,2
2° Tr08	1,8	0,9	0,0	5,7	4,6	8,2
3° Tr08	1,5	1,8	3,2	4,4	-1,0	3,0
4° Tr08	-4,2	-1,9	-3,4	-10,7	-5,3	-7,3
1° Tr09	-1,9	0,9	4,2	-14,6	-11,2	-19,0
2° Tr09	1,8	2,8	-0,6	4,5	6,2	7,7
3° Tr09	2,6	2,3	1,1	9,1	-0,9	4,4
4° Tr09	2,4	0,9	2,4	8,3	2,1	12,9
1° Tr10	2,2	2,0	-0,1	4,2	5,6	10,3
2° Tr10	1,6	1,1	1,7	4,2	0,1	6,9
3° Tr10	0,4	1,7	-0,1	2,9	3,9	6,0
4° Tr10	0,8	2,3	-0,3	0,4	3,3	1,5
1° Tr11	1,3	0,6	0,8	1,2	-3,2	-1,6

Fonte: IBGE

Informações preliminares indicam que a atividade econômica, reagindo à expressiva alta da taxa real de juros (a meta da taxa Over Selic foi reajustada do patamar de 10,75% no qual permaneceu durante todo o segundo semestre de 2010 para o patamar 12,5% entre janeiro e julho de 2011), aos efeitos da valorização cambial sobre o saldo comercial e à deterioração de expectativas nos mercados financeiros internacionais.

Tabela 3 – Evolução da Produção Física Industrial – Brasil por tipo de Índice e Categorias de Uso (%)

Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			% contra mesmo mês ano anterior			% últimos 12 meses contra mesmo período ano anterior		
	mar/11	abr/11	mai/11	mar/11	abr/11	mai/11	mar/11	abr/11	mai/11
Bens de capital	5,6	-2,8	1,7	8,9	3,2	4,8	16,4	13,8	11,6
Bens intermediários	-0,1	-0,5	1,7	0,6	-0,3	1,5	7,1	5,7	4,6
Bens de consumo	1,6	-2,5	1,1	-0,2	-0,9	0,6	3,6	2,7	2,2
Bens de consumo duráveis	5,0	-10,5	2,8	7,4	-3,8	-0,7	5,5	3,7	2,5
Semi-duráveis e não duráveis	1,6	-0,4	0,2	-1,4	-0,5	0,6	2,9	2,3	1,9
Geral	0,8	-1,3	1,4	0,3	-0,1	1,6	6,7	5,4	4,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

A produção industrial exibiu perda de dinamismo no trimestre de março a maio de 2011. Os dados mensais revelaram uma retração de 1,3% no indicador geral da produção industrial em abril, praticamente

compensada por uma expansão de 1,4% em maio (**Tabela 3**). Desagregando o indicador mensal, vemos que os segmentos mais atingidos pela retração em abril foram os de bem de consumo duráveis e de bens de capital, refletindo a piora nas condições de crédito e nas expectativas. Os dados do trimestre relativos ao período de 12 meses comparado aos 12 meses anteriores mostram (mesmo contra uma base fraca de comparação) uma perda de *momentum* da atividade industrial, que variou de 7,7% a.a. no mês de março para 4,4% no período terminado em maio.

O indicador de utilização de capacidade instalada, (NUCI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, apontava para 84,1% ao final do primeiro semestre de 2011, comparado a 85,1 no mesmo mês de 2010 e exibindo uma acomodação em relação ao ano anterior (**Gráfico 2**).

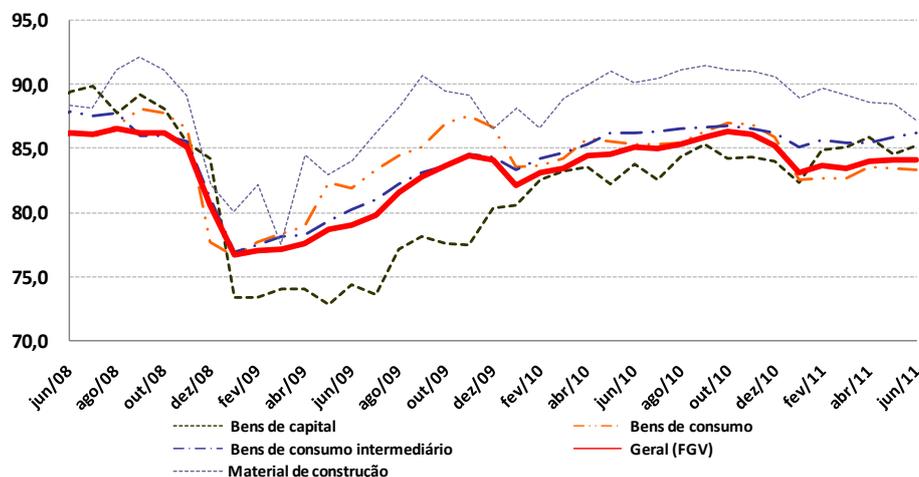


Gráfico 2 – Utilização da Capacidade Instalada Industrial – Geral e Por Categoria de Uso (Em %)

Fonte: FGV

A retração na utilização da capacidade instalada nas indústrias de material de construção e de bens de consumo são os fatores de maior contribuição para a acomodação no indicador agregado.

Não obstante a acomodação na atividade industrial, os indicadores de inflação ao consumidor registraram elevação durante todo o primeiro semestre de 2011.

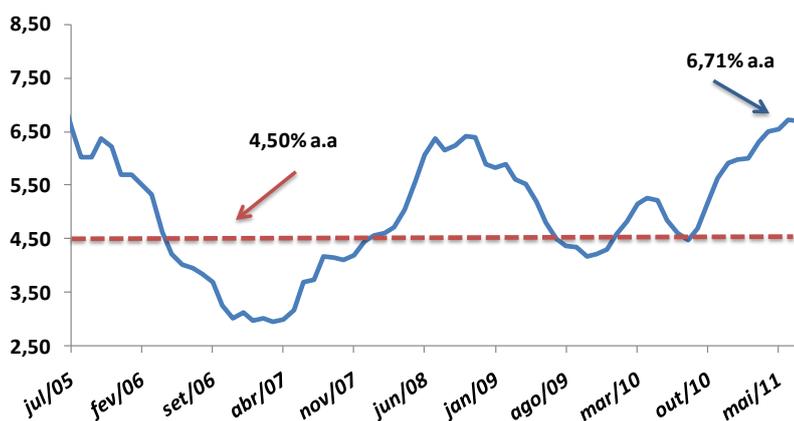


Gráfico 3 - Evolução do IPCA – Jul/05 a Jul/11 (acum. de 12 meses, em % a.a)

Fonte: IBGE

A forte aceleração do IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE), levou o indicador a atingir o patamar de 6,71% no acumulado de 12 meses até julho de 2011, superando a meta oficial de inflação de 4,50% para 2011 (**Gráfico 3**).

O IPCA, utilizado como base para o sistema de metas de inflação, registrou 6,71% no acumulado de 12 meses terminados em julho de 2011. Alguns analistas de mercado apontam que a inflação medida por este indicador pode terminar o ano acima do intervalo da margem de 2,0 pontos acima do centro da meta.

As principais pressões altistas sobre o IPCA, no primeiro semestre 2011, vieram dos segmentos de educação (+7,46%) e serviços pessoais (+ 5,10%), setores não comercializáveis (basicamente determinados pela demanda doméstica), o que demonstra uma notável capacidade de resistência da inflação brasileira à elevação dos juros domésticos (**Tabela 4**).

Por outro lado é possível ver, através da ótica do acumulado em 12 meses, que além dos segmentos de educação e serviços pessoais, os preços de alimentação e bebidas e de vestuário registraram leituras acima de 8,0% a.a., o que demonstra o caráter difuso da inflação.

Tabela 4 - Evolução do IPCA e de Seus Componentes de Janeiro de 2010 a Junho de 2011, em Várias Formas de Comparação

Índice	Peso (%)	Acum. de 6 meses		Variação mensal			Acum. de 6 meses	Acum. de 12 meses
		jan10 a jun10	abr/11	mai/11	jun/11	jan11 a jun11	jul10 a jun11	
Índice geral	100,0	3,09	0,77	0,47	0,15	3,87	6,71	
Alimentação e bebidas	23,4	4,53	0,58	0,63	-0,26	3,12	8,90	
Habitação	13,1	2,18	0,77	0,97	0,58	3,77	6,61	
Artigos de residência	4,0	2,70	-0,62	0,09	0,42	0,79	1,59	
Vestuário	6,8	3,25	1,42	1,19	1,25	4,36	8,66	
Transportes	19,0	1,50	1,57	-0,24	-0,61	4,34	5,28	
Saúde e cuidados pessoais	10,7	3,05	0,98	0,73	0,67	3,66	5,69	
Serviços pessoais	10,4	4,17	0,57	0,72	0,67	5,10	8,33	
Educação	7,4	5,56	0,09	0,01	0,11	7,46	8,12	
Comunicação	5,4	0,09	0,00	0,15	-0,05	1,05	1,83	

Fonte: IBGE.

A evolução dos índices de preço de atacado revela que os mesmos, após uma vigorosa elevação ao longo do ano de 2010, estabilizaram-se no primeiro trimestre de 2011 e se encontram em retração no período atual, embora tendo registrado 8,65% em junho de 2011. Os principais motivos para a acomodação recente relacionam-se aos preços dos combustíveis e alimentos, favorecidos pela acomodação da demanda externa e pela melhoria dos fatores climáticos domésticos. (Gráfico 4).

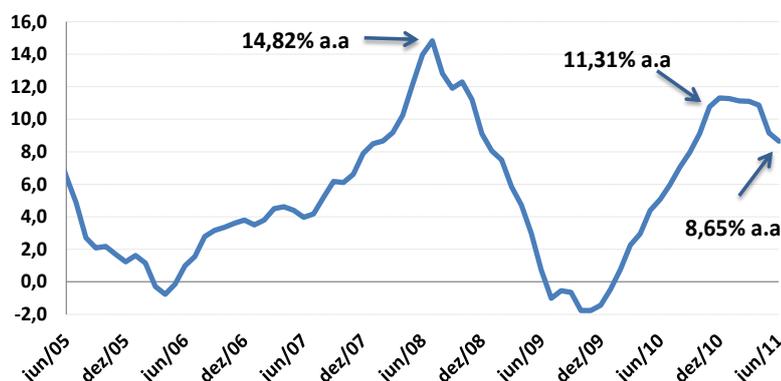


Gráfico 4 - Evolução do IGP-DI e seus Componentes Jun05 a Jun11 (Acum. 12 Meses,%a.a.)

Fonte: FGV

Tabela 5 – Evolução do IGP – DI e de seus Componentes entre Abril e Junho de 2011 e Diferencial sobre o Mesmo Período do Ano Anterior (% ao mês)

Índice	Peso (%)	Diferencial sobre o mesmo período do ano anterior							
		Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/10 a jun/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/10 a jun/11
IGP-DI	100,0	0,50	0,01	-0,13	8,65	-0,22	-1,56	-0,47	3,58
IPC-DI	30,0	0,95	0,51	-0,18	6,40	0,19	0,30	0,03	1,83
IPA-DI	60,0	0,24	-0,63	-0,19	9,59	-0,44	-2,69	-0,62	4,70
INCC-DI	10,0	1,06	2,94	0,37	7,75	0,22	1,13	-0,72	1,28

Fonte: FGV

O Índice de Preços Geral – Disponibilidade Interna (IGP-DI, calculado pela FGV), que atravessou 2010 com forte aceleração, encerrou o primeiro semestre de 2011 em retração, embora ainda acima do patamar de 8,0%.

Os preços industriais, em especial as matérias primas, são as principais fontes de contribuição à alta dos preços de atacado.

O Índice de Preços de Atacado Industrial (IPA-DI), responsável por 60% do peso do IGP-DI, registrou alta de 10,10% no período de 12 meses encerrado em junho de 2011, que se refletiu em um aumento de 5,21 p.p. sobre o mesmo período de 12 meses encerrado em junho de 2010. (Tabela 5).

No que diz respeito aos indicadores nacionais do mercado de trabalho, os números do primeiro trimestre de 2010 apontam para os melhores resultados do ponto de vista do emprego desde 1997.

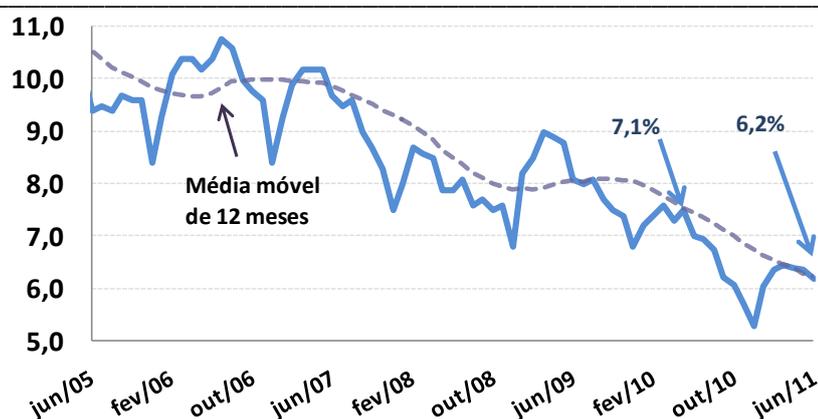


Gráfico 5 - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto Brasil – Jun/05 a Jun/11 (em % da PEA)

Fonte: IBGE

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME) divulgada pelo IBGE apontava que em junho a taxa de desemprego aberto no Brasil registrou 6,2%, comparada com 7,1% em junho de 2010 (**Gráfico 5**). O indicador de desemprego médio de 12 meses convergiu para 6,2% ao final do primeiro semestre de 2011, a menor média desde o início da divulgação das pesquisas com a nova metodologia em 2002.

Tabela 6 – Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil do 1º Semestre de 2009 ao 1º Semestre de 2011, Segundo Setores e Grupos de Atividade

Subsetores de atividade	1º Sem 2008	Total 2008	1º Sem 2009	total 2009	1º Sem 2010	total 2010	1º Sem 2011	Diferença 1º Sem 2011 - 1º Sem 2010
Extrativa mineral	8.373	8.671	-1.561	2.036	8.801	16.343	10.558	1.757
Ind. Transformação	317.901	178.675	-144.477	10.865	394.148	485.028	243.985	-150.163
Indústria metalúrgica	37.586	31.879	-54.718	-27.162	53.246	74.069	27.806	-25.440
Indústria mecânica	32.869	23.515	-31.300	-13.885	31.710	49.500	21.233	-10.477
Indústria do material elétrico e de comunicações	13.468	9.011	-19.227	-11.331	18.536	25.717	17.760	-776
Indústria do material de transporte	29.360	14.680	-35.189	-17.538	37.245	53.620	20.280	-16.965
Indústria da madeira e do mobiliário	-1.934	-12.857	-13.176	-4.745	19.584	27.250	6.743	-12.841
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	9.600	11.882	-7.048	-513	9.538	16.134	4.320	-5.218
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, simil.	15.457	-2.899	6.122	9	30.577	18.498	23.876	-6.701
Ind. Química, de prod. Farmac., veter, perfum...	22.580	19.459	-6.816	15.112	32.392	47.869	40.604	8.212
Indústria têxtil do vestuário e art. de tecidos	31.846	22.009	-5.684	11.844	51.477	55.224	14.629	-36.848
Indústria de calçados	22.273	-8.703	7.521	13.387	37.516	28.002	14.527	-22.989
Indústria de Alimentos	93.018	57.529	23.549	41.203	54.982	59.953	38.354	-16.628
S.I.U.P1	159.875	160.557	79.405	177.185	9.862	17.854	6.663	-3.199
Construção civil	151.618	152.333	-35.666	249.439	230.019	214.071	156.708	-73.311
Comércio	132.123	382.218	-32.978	297.157	144.135	519.613	92.310	-51.825
Comércio varejista	91.158	311.039	-35.666	249.439	98.449	429.703	50.782	-47.667
Comércio atacadista	40.965	71.179	2.688	47.718	45.686	89.910	41.528	-4.158
Serviços	56.630	37.255	63.590	37.883	490.028	864.250	507.110	17.082
Instituições de crédito, seguros e capitalização	438.813	648.259	235.435	500.177	14.952	34.193	16.629	1.677
Com. e adm. de imóv., valores mobil., serv. Técn...	13.481	22.081	-1.688	3.483	178.201	348.243	169.245	-8.956
Transportes e comunicações	152.868	237.829	44.247	166.957	76.681	122.240	86.198	9.517
Serv. de alojamento, alimentação, etc.	62.076	89.464	17.820	50.943	115.057	235.028	117.591	2.534
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	110.956	184.011	70.285	162.053	42.830	80.200	46.703	3.873
Ensino	42.802	77.619	41.181	78.858	62.307	44.346	70.744	8.437
Administração Pública	32.712	10.316	31.177	18.075	21.277	5.627	24.411	3.134
Agropecuária	227.030	18.232	128.874	-15.369	175.050	-25.946	223.505	48.455
Total	1.361.388	1.452.204	299.506	995.110	1.473.320	2.136.947	1.265.250	-208.070

Fonte: RAIS/M.T.E/CAGED

1 - Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os dados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE) revelam que foram gerados cerca de 1,27 milhões de novos empregos formais no primeiro trimestre de 2011 (admissões descontadas das demissões), um resultado inferior ao mesmo período de 2010, quando foram geradas cerca de 208 mil postos de emprego formal a mais

(Tabela 6). Uma avaliação do desempenho dos diversos setores na geração de empregos mostra que o pior desempenho, em comparação com o primeiro semestre de 2010, ocorreu na indústria de transformação, particularmente nos segmentos têxtil, metalúrgico, calçadista e de material de transporte, para cujo desempenho devem ter se associado às piores condições de crédito e a valorização cambial.

Os segmentos de construção civil e de comércio também registraram recuo no número de contratações líquidas (com -73,3 mil e -51,8 mil, respectivamente), enquanto que, o segmento dos serviços (transportes e comunicações e educação) e agropecuária registraram elevação na geração líquida de empregos formais.

No *front* Fiscal, o elevado patamar da atividade econômica permitiu (a exemplo do observado em 2010) a obtenção de um expressivo crescimento das receitas do governo federal, da ordem de 15,8% em termos reais no primeiro semestre de 2011, em comparação com o primeiro semestre de 2010 (Tabela 7). Note-se que tal desempenho foi possível pela combinação de um elevado crescimento da arrecadação tributária pelo tesouro (+17,0%), combinado com o crescimento de 12,0% das receitas da Previdência, como reflexo dos bons resultados no mercado de trabalho. Outro aspecto positivo relacionado ao desempenho das receitas relaciona-se com o crescimento de 20,5% nas transferências a Estados e Municípios, compensando em alguma medida o mau desempenho nesta rubrica em 2010.

No que se refere à dinâmica das despesas, estas se expandiram em termos reais 6,7% no primeiro semestre de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010, sendo que as despesas com Pessoal e encargos sociais expandiu-se 7,2%, enquanto que as despesas de custeio e capital registraram incremento de 6,1% em termos reais. A observação negativa diz respeito às despesas de capital, que se contraíram 2,3% em termos reais no período, sendo, portanto, verdade as críticas de que o investimento continua recebendo uma parcela insuficiente dos recursos orçamentários – cerca de 1,1% no primeiro semestre de 2011.

Tabela 7 - Resultado Fiscal do Governo Central (R\$ milhões, a preços de Junho de 2011, inflacionados pelo IPCA)

Resultado Primário	Realizado 2009	2009 % do PIB	Realizado 2010	2010 % do PIB	1º sem 2010	1º sem 2010 em % do PIB	1º sem 2011	1º sem 2011 em % do PIB	Varição 2011/2010 (%)
I. RECEITA TOTAL	813.285	23,2	955.360	25,0	414.546	22,9	480.012	24,5	15,8
I.1. Receitas do Tesouro	610.597	17,4	732.586	19,2	315.085	17,4	368.690	18,8	17,0
I.2. Receitas da Previdência Social	200.222	5,7	220.170	5,8	98.321	5,4	110.112	5,6	12,0
I.3. Receitas do Banco Central	2.467	0,1	2.605	0,1	1.141	0,1	1.210	0,1	6,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	140.461	4,0	146.121	3,8	71.834	4,0	86.544	4,4	20,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	672.824	19,2	809.239	21,2	342.712	18,9	393.468	20,1	14,8
IV. DESPESA TOTAL	629.442	18,0	727.133	19,0	316.852	17,5	337.945	17,3	6,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	166.828	4,8	172.928	4,5	81.216	4,5	87.038	4,4	7,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	247.379	7,1	264.719	6,9	121.791	6,7	129.638	6,6	6,4
IV.3. Custeio e Capital	210.777	6,0	285.051	7,5	111.808	6,2	118.650	6,1	6,1
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	154.048	4,4	177.820	4,7	83.806	4,6	88.526	4,5	5,6
- Outras Despesas de Custeio	116.495	3,3	128.891	3,4	62.376	3,4	67.589	3,5	8,4
- Outras Despesas de Capital	37.553	1,1	48.929	1,3	21.430	1,2	20.937	1,1	-2,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	43.383	1,2	82.106	2,2	25.860	1,4	55.522	2,8	114,7

Fonte: Tesouro Nacional – Secretaria da Fazenda; Elaboração IMESC/SEPLAN-MA

A desvalorização cambial ocorrida quando da eclosão da crise financeira internacional, por seus efeitos na valorização dos ativos em dólares do governo, as reservas internacionais, levou a uma queda rápida na relação Dívida/PIB.

A contração do superávit primário e a revalorização do câmbio colocaram a relação Dívida/PIB em trajetória de rápido crescimento até meados de 2010.

O expressivo crescimento econômico contribuiu para estabilizar aquele indicador nos últimos meses, contudo, em um quadro de menor dinamismo econômico a diminuição sustentada da Dívida Líquida do Setor Público dependerá da volta de expressivos resultados fiscais primários.

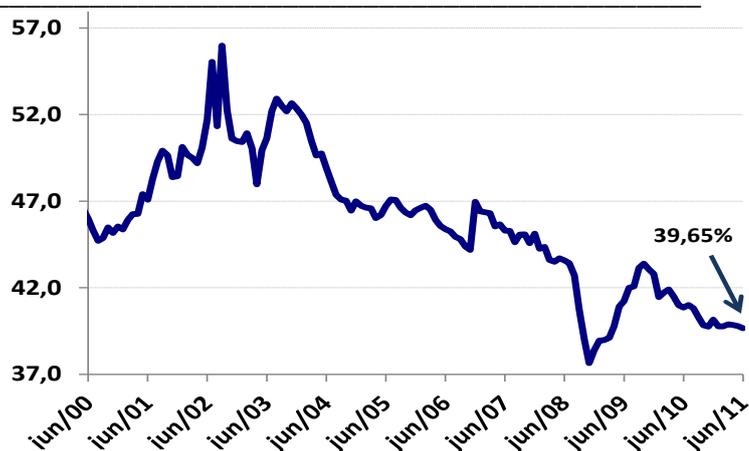


Gráfico 6 – Dívida Líquida do Setor Público Jun/00 a Jun/11 (Em % do PIB)

Fonte: Bacen

No que se refere ao balanço de pagamentos, o crédito externo, especialmente na modalidade investimento direto estrangeiro, continua fluindo de forma abundante para o país (**Tabela 8**). O balanço de capitais registrou um superávit de US\$ 42,9 bilhões no primeiro semestre de 2011, e a modalidade investimento direto estrangeiro atraiu cerca de US\$ 32,5 bilhões no período. Por outro lado, as aplicações de estrangeiros em renda fixa registrou a expressiva marca de US\$ 8,7 bilhões que, embora inferior ao montante registrado no primeiro semestre de 2010, reflete o poder de atração das elevadas taxas de juros básicos praticadas no Brasil, em contraste com aquelas praticadas no mercado internacional. As Bolsas de Valores brasileiras atraíram, no primeiro semestre do ano, o montante de R\$, 2,9 bilhões, significativamente inferior ao recorde de US\$ 37,7 bilhões atraídos ao longo de 2010, fluxos que podem se tornar negativos no cenário de deterioração da confiança internacional.

Tabela 8 - Balanço de Pagamentos Brasileiro 2005 a 2011 (US\$ milhões)

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	1º Sem 2010	2010	1º Sem 2011
TRANSAÇÕES CORRENTES	13.985	13.643	1.551	-28.192	-24.334	-23.847	-47.365	-25.448
Balança comercial (FOB)	44.703	46.457	40.032	24.836	25.347	7.884	20.221	12.967
Exportação de bens	118.308	137.807	160.649	197.942	152.995	89.187	201.915	118.304
Importação de bens	-73.606	-91.351	-120.617	-173.107	-127.647	-81.303	-181.694	-105.337
Serviços e Rendas	-34.276	-37.120	-42.510	-57.252	-52.945	-33.243	-70.373	-39.937
Serviços	-8.309	-9.640	-13.219	-16.690	-19.260	-13.512	-30.807	-17.872
Rendas	-25.967	-27.480	-29.291	-40.562	-33.684	-19.731	-39.567	-22.065
Salários e ordenados	214	177	448	545	603	266	498	272
Lucros e Dividendos	-12.686	-16.369	-22.435	-33.875	-25.218	-	-	-
Juros	-13.496	-11.289	-7.305	-7.232	-9.069	-	-	-
Transferências unilaterais correntes	3.558	4.306	4.029	4.224	3.263	1.512	2.788	1.522
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	-9.464	16.299	89.086	29.352	70.551	42.950	99.662	67.035
Investimento estrangeiro direto	15.066	18.822	34.585	45.058	25.949	12.096	48.438	32.477
Investimento em Carteira	4.885	9.081	48.390	1.133	49.133	22.790	63.011	14.003
Ações de companhias brasileiras	6.451	7.716	26.217	-7.565	37.071	9.737	37.684	2.889
Títulos de renda fixa LP e CP	204	1.360	21.887	6.798	9.087	13.429	30.111	8.711
Outros Investimentos	-27.521	15.688	13.131	2.875	-15.900	16.468	-1.274	9.670
ERROS E OMISSÕES	-201	628	-3.152	1.809	434	-2.437	-3.197	1.322
RESULTADO DO BALANÇO	4.319	30.569	87.484	2.969	46.651	16.666	49.101	42.910
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	1,5	1,2	0,1	-2,2	-1,3	-2,3	-2,3	-2,3
DÍVIDA EXTERNA BRUTA	169.450	172.589	193.219	198.340	198.194	228.649	256.804	286.829
RESERVAS INTERNACIONAIS	53.799	85.839	180.334	193.783	238.520	253.114	288.575	335.775

Fonte: Bacen

Os dados do Bacen mostram ainda que o país registrou déficit de US\$ 47,4 bilhões nas contas correntes em 2010, sendo o pior desempenho histórico do indicador. No primeiro semestre de 2011, o déficit em transações correntes registrou US\$ 25,5 bilhões ou cerca de 2,3% do PIB, cifra que se aproxima do limiar considerado perigoso para a sustentabilidade de tais déficits (3,0%). A deterioração do saldo da balança de serviços foi o fator mais importante para explicar a elevação do déficit nas transações correntes, no primeiro semestre de 2011. A elevação da remessa de lucros e dividendos ao exterior, somada aos crescentes gastos de brasileiros no exterior, contribuiu de forma destacada para o alargamento do déficit.

A atração de investimentos direto estrangeiro e de capitais de curto prazo tem contribuído para, ao contrário da recomendável desvalorização do câmbio, introduzir novas pressões para valorização. No **Gráfico 6**, observa-se que a taxa de câmbio real medida, seja contra o dólar norte americano, seja contra o EURO, registrou ao final do primeiro semestre de 2001 um nível de valorização recorde, situando-se no patamar de 50% em comparação com o mês de junho de 1994, prévio ao Lançamento do Plano Real. A taxa de câmbio real é calculada através da multiplicação da desvalorização cambial nominal pelo diferencial entre a inflação ao produtor externo (em dólar ou EURO, no caso) – reflete-se desta forma, no lado do ativo a elevação dos custos das empresas situadas em outros países e, do lado do passivo, a elevação dos custos das empresas situadas no país.

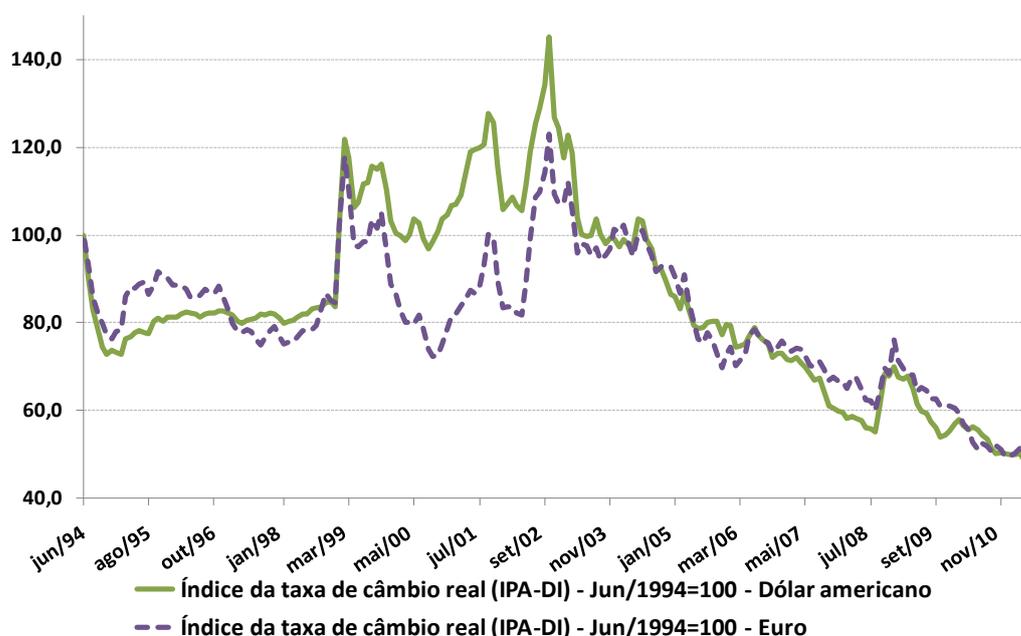


Gráfico 7 – Taxa de Câmbio Real Medida Contra o Dólar e Contra o Euro (Jun/94 = 100; Corrigida Pelo IPA-DI-FGV)

Fonte: Bacen

Dois aspectos relacionados às contas externas trazem bastante preocupação neste cenário de renovação da crise internacional:

- Em primeiro lugar, lugar, dado que uma parcela expressiva do crescimento da receita de exportações nos últimos cinco anos foi decorrente da elevação dos preços das *commodities*, uma queda abrupta naquelas cotações (a exemplo do que ocorreu em 2008/2009), poderá levar a uma rápida deterioração no saldo em transações correntes.
- em segundo lugar, as renovadas turbulências externas (como foi duramente ensinado no último trimestre de 2008) poderão levar à fuga de capitais e a amplas oscilações na taxa de câmbio, com impactos consideráveis sobre a taxa de inflação e o passivo em moeda estrangeira.

Indubitavelmente, a manutenção de um elevado estoque de reservas internacionais serve como um colchão protetor em caso do aumento da volatilidade nos mercados financeiros em tempos de crise. Deve-se

atentar, entretanto, que existe um custo para a manutenção de um elevado colchão de reservas, dado pelo diferencial entre os rendimentos dos ativos em dólares obtidos pelo Banco Central em Aplicação no exterior (cerca de 1,5% ao ano em dólar) e, o custo dos papéis da dívida pública brasileira emitidos para esterilizar as emissões monetárias, decorrentes da compra de reservas pelo banco Central (12,5% em reais, segundo a taxa Over-Selic corrente). Tais custos – denominados como *déficit quasi-fiscal* – podem ser calculados hoje, em cerca de R\$ 25 bilhões ao ano.

Na **Tabela 9**, podem ser observadas as projeções e tendências para a economia brasileira em 2011 e 2012, divulgadas pelo Banco Central, a partir do levantamento semanal realizado entre as principais assessorias de bancos e consultorias econômicas do país. O levantamento realizado, na última semana de julho de 2011, apresenta um quadro de menor confiança em relação ao cenário econômico mundial.

Tabela 9 - Projeções e Tendências para a Economia Brasileira em 2011 e 2012

Espera-se uma expressiva desaceleração da produção industrial e do crescimento do PIB em 2011 e 2012, ao mesmo tempo em que as contas externas continuam exibindo deterioração na balança de transações correntes. A inflação medida pelo IPCA de 6,3%, ao final de 2011 (próxima ao limite da margem de tolerância, de 6,5% a.a.), deve recuar para 5,3% ao final de 2012, enquanto que as taxas básicas de juros se mantêm em patamar elevado.

Indicador	2010	2011*	2012*
IPCA (%)	5,9	6,3	5,3
IGP-DI (%)	11,3	5,7	5,0
IGP-M (%)	11,3	5,8	5,0
IPC-Fipe (%)	6,4	5,6	4,8
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,70	1,60	1,65
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	1,76	1,60	1,65
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	10,75	12,75	12,75
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	-	12,25	12,75
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	41,0	39,3	38,0
PIB (% do crescimento)	7,5	3,5	3,5
Produção Industrial (% do crescimento)	10,0	3,2	4,3
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-50,0	-59,5	-69,6
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	16,9	20,9	10,1
Invest. Estrangeiro Direto (US\$ Bilhões)	33,0	55,0	50,0
Preços Administrados (%)	3,5	5,2	4,5

Fonte: BACEN - * Projeções: Banco Central do Brasil e Cenário Econômico 22/07/2011

2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA MARANHENSE

2.1 Antecedentes: Fontes de Dinamismo da Economia Maranhense na Última Década

Uma análise da composição setorial das fontes de crescimento da economia maranhense no período 2002 a 2008 (**Tabela 10**) mostra que a maior contribuição para seu dinamismo veio do segmento primário (Agropecuária, responsável por 32,5% da expansão total no período em análise), em grande parte, devida à expansão da atividade extrativa vegetal (produção de carvão vegetal a partir do desmatamento e, em menor medida, mas crescendo significativamente de importância, a partir do reflorestamento, ambos totalizando uma contribuição de cerca de 30%). O segundo setor, de maior importância isolada, foi a expansão dos gastos públicos (16,8% do crescimento), no qual os gastos com educação tiveram um destaque face ao excepcional desempenho das transferências via FUNDEB). O terceiro segmento de grande expressão foram às atividades de comércio (16,9% do crescimento total do produto maranhense entre 2002 e 2008), refletindo a expansão da renda disponível no Estado, relacionada ao bom desempenho do mercado de trabalho urbano, mas também fruto da expansão dos financiamentos ao consumidor em suas várias modalidades, além dos financiamentos imobiliários.

As atividades industriais, responsáveis por 17,5% de contribuição para a expansão do PIB maranhense entre 2002 e 2008, obtiveram cerca de 42% de seu dinamismo das atividades extrativas industriais. Por outro lado, registrou-se nesse período um decréscimo do peso da indústria de transformação, que exibiu uma taxa de crescimento de 4,0% a.a., próxima da metade do desempenho agregado da economia maranhense (7,9%). Este pior desempenho relativo à indústria de transformação reflete as perdas sofridas pela indústria metalúrgica diante da crise externa de 2008/09, mas é também, um indício da diminuta diversificação dessa indústria, quase que inteiramente concentrada nos segmentos de metalurgia e alimentação e de bebidas. O dinamismo das atividades relacionadas à construção civil, de grande protagonismo no triênio mais recente, ainda não havia se destacado na série disponível das contas regionais (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – Nível de Atividades**).

Tabela 10 - Composição e Contribuição Setorial para o Crescimento do Valor Adicionado na Economia Maranhense entre 2002 e 2008 (% ao Ano e % do total)

Setores e Grupos de Atividade	2002		2008		02-08 (% a.a.)	Contrib. p/ o cresc.
	VA	part %	VA	part %		
Maranhão	24.329,1	100,0	38.487,0	100,0	7,9	100,0
Agropecuária	3.938,9	16,2	8.540,3	22,2	13,8	32,5
Agricultura, silvicultura e exp. florestal	2.554,6	10,5	6.804,5	17,7	17,7	30,0
Pecuária e pesca	1.384,3	5,7	1.735,8	4,5	3,8	2,5
Indústria	4.063,0	16,7	6.492,8	16,9	8,1	17,2
Indústria extrativa mineral	73,0	0,3	1.050,7	2,7	56,0	6,9
Indústrias de transformação	1.785,8	7,3	2.259,2	5,9	4,0	3,3
Construção	1.766,3	7,3	2.478,6	6,4	5,8	5,0
SIUP	445,2	1,8	704,3	1,8	7,9	1,8
Comércio e Serviços	16.324,8	67,1	23.457,8	61,0	6,2	50,4
Com. e serviços de manutenção e reparação	3.347,7	13,8	5.676,8	14,8	9,2	16,5
Serv. de alojamento e alimentação	277,4	1,1	631,2	1,6	14,7	2,5
Transportes, armazenagem e correio	1.814,9	7,5	2.559,4	6,7	5,9	5,3
Serviços de informação	605,8	2,5	688,9	1,8	2,2	0,6
Intermediação financeira	763,9	3,1	989,1	2,6	4,4	1,6
Ser. prestados às famílias e associativos	318,7	1,3	561,9	1,5	9,9	1,7
Serviços prestados às empresas	450,1	1,9	839,0	2,2	10,9	2,7
Atividades imobiliárias e aluguel	2.647,0	10,9	2.978,9	7,7	2,0	2,3
Administração, saúde e educação públicas	5.162,6	21,2	7.543,5	19,6	6,5	16,8
Saúde e educação mercantis	554,7	2,3	442,6	1,2	-3,7	-0,8
Serviços domésticos	374,7	1,5	546,515	1,4	6,5	1,2

Fonte: IBGE/IMESC

Na última década, em contraste com o ocorrido na década precedente, a Economia Maranhense cresceu em velocidade maior que a média brasileira e a média do Nordeste. A radiografia da composição setorial da economia maranhense, mostrada na **Tabela 10**, revela que sua dinâmica na última década foi condicionada por três fatores principais:

a) expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas - entre 2004 e 2010 a economia maranhense conectou-se de forma privilegiada no ciclo de expansão do comércio mundial, através da rápida expansão das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas. No período, as exportações maranhenses cresceram à taxa de 23,6% ao ano.

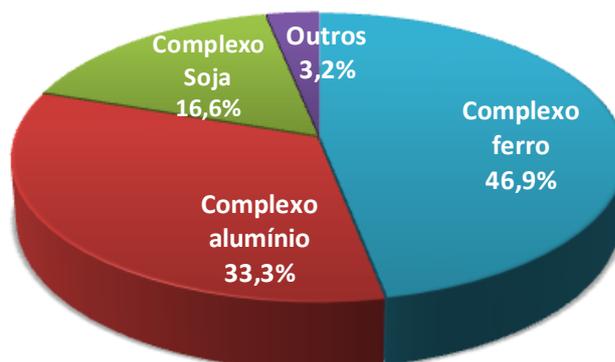


Gráfico 8 – Composição das Exportações Maranhenses – 2004 a 2010

Fonte: MDIC

Ressalta-se, todavia, a elevada concentração da pauta de exportações maranhense em três *commodities* (os produtos dos complexos ferro, alumínio e soja), os quais perfizeram em média cerca de 96,8% do valor das exportações maranhenses, no período 2004-2010 (**Gráfico 6**). Essa concentração, por sua vez, dá origem a uma elevada vulnerabilidade da economia maranhense em relação ao ciclo internacional (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.3 Comércio Exterior**).

- b) expansão das transferências federais - entre 2000 e 2010 as transferências constitucionais e voluntárias para o Estado do Maranhão (FPE e FUNDEF são as mais importantes) cresceram à taxa de 7,6% em termos reais, enquanto que as transferências constitucionais e voluntárias para os municípios (FPM e FUNDEF) cresceram à taxa de 10,9% em termos reais. Neste último caso, é importante dizer que os recursos do Programa Bolsa Família, que perfazem cerca de 2,5% do PIB do Estado (ou o equivalente a cerca de 30% de todas as demais transferências federais para os municípios maranhenses), não foram incluídos na contabilização e registraram crescimento da ordem de 20% a.a. em média, desde o ano de 2005 (ver na seção **Conjuntura Maranhense em Dados – 3.4 Finanças Públicas**).
- c) expansão do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário - a expansão do crédito privado e público se consolidou como uma das mais importantes mudanças estruturais da década. No caso do Maranhão, além do estímulo trazido pelas melhores condições macroeconômicas gerais (onde se destaca a estabilidade da Inflação no período pós 2004, que permitiu a queda consistente da taxa real de juros). Um indicador dos efeitos do crédito na economia maranhense no período recente pode ser encontrado no atual desempenho das concessões de financiamentos para a construção imobiliária, que registraram expansão 358,7% em termos reais, no período 2007 a 2010, ou cerca de 66,2% ao ano, descontada a inflação (ver na subseção **3.1.3 Construção Civil**).

Uma análise da evolução do mercado de trabalho maranhense entre 2002 e 2009 mostra que a geração de empregos deu-se, sobretudo, no setor urbano: o crescimento da população ocupada urbana de 3,1% ao ano, apenas permitiu absorver os efeitos da destruição de postos de trabalho no setor rural, ao ritmo de 2,8% ao ano.

Tabela 11 - Evolução da PEA, População Ocupada, População Desempregada e da Taxa de Ocupação no Estado do Maranhão entre 2002 e 2008 (Mil Pessoas e % a.a)

Indicadores	2002	2009	2002 a 2009 (var. abs.)	2002 a 2009 (% a.a.)
PEA	2.760.311	2.955.000	194.689	1,0
PEA Urbana	1.674.958	2.067.000	392.042	3,1
PEA Rural	1.085.353	888.000	-197.353	-2,8
População Ocupada	2.613.934	2.743.000	129.066	0,7
População Ocupada Urbana	1.542.327	1.866.000	323.673	2,8
População Ocupada Rural	1.071.607	877.000	-194.607	-2,8
Rendimento médio mensal (R\$)¹	281,72	425,00	234,00	12,1
Massa de Rendimentos (R\$/mês)	736.399,0	1.165.775,0	429.376	6,8
População Desempregada	146.377	212.000	65.623	5,4
População Desempregada Urbana	132.631	201.000	68.369	6,1
População Desempregada Rural	13.746	11.000	-2.746	-3,1
Taxa de Ocupação	94,7	92,8	-1,9	-0,3
Taxa de Ocupação Urbana	92,1	90,3	-1,8	-0,3
Taxa de Ocupação Rural	98,7	98,8	0,0	0,0

Fonte: IBGE - PNAD (2002 e 2009)

1 – Valor de 2002 atualizado pelo INPC acumulado até Dez 2009.

De modo geral, a população ocupada cresceu somente 0,7% ao ano no período, inferior ao ritmo da expansão da população economicamente ativa - PEA (1,0% a.a.), em paralelo a uma forte ampliação do estoque de desempregados no setor rural, que registrou assombroso crescimento anual de 3,1% entre 2002 e 2009 em todo o Estado. As boas notícias se referem ao vigoroso crescimento da massa de rendimentos dos ocupados, ao ritmo de 12,1% ao ano no período.

Em se tratando da distribuição setorial do emprego, viu-se na **Tabela 12** que no período 2002 a 2009 a perda acelerada de empregos no setor primário, levou a uma redução da participação do emprego deste setor de cerca de 11 pontos percentuais em apenas sete anos. A grave redução absoluta e relativa do emprego no setor primário é indício da velocidade com que se dá no Maranhão a expansão da agricultura empresarial e do reflorestamento, de um lado, e, de outro lado, a perda da participação relativa da produção familiar. Ademais, vemos que houve uma forte expansão da ocupação nos setores de construção e no subsetor de alojamento e alimentação. O segmento responsável pela maior geração de empregos em termos absolutos foi o grupamento de atividades do *Comércio*, (+ de 76 mil vagas), elevando em 2,2 p.p. sua participação no geral (período 2002-2009). A construção civil ocupou a segunda posição no *ranking* de geração de postos de trabalho no Estado, com a criação de cerca de 72 mil novos postos de trabalho no período de sete anos (crescimento de 5,3% ao ano), o que levou a um incremento de sua participação no emprego total de 2,3 pontos percentuais. O terceiro grupamento de maior geração de empregos foi *Educação, saúde e serviços sociais* (51 mil novos postos de trabalho) no período em análise.

Tabela 12 - Evolução da População Ocupada no Estado do Maranhão Segundo o Total, Setores e Grupos de Atividades (em mil pessoas e % a.a)

Total, Setores e Grupos de atividades	2002	2002 (%)	2009	2009 (%)	var abs	var. (% a.a)
Total	2.632	100,0	2.742	100,0	110	0,59
Agrícola	1.190	45,2	941	34,3	-249	-3,30
Indústria	165	6,3	176	6,4	11	0,93
Indústria de transformação	144	5,5	154	5,6	10	0,96
Construção	165	6,3	237	8,6	72	5,31
Comércio e Serviços	1172	44,5	1492	54,4	320	3,51
Comércio e reparação	414	15,7	490	17,9	76	2,44
Alojamento e alimentação	50	1,9	79	2,9	29	6,75
Transporte, armazenagem e comunicação	83	3,2	95	3,5	12	1,95
Administração pública	88	3,3	117	4,3	29	4,15
Educação, saúde e serviços sociais	181	6,9	232	8,5	51	3,61
Serviços domésticos	171	6,5	190	6,9	19	1,52
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	67	2,5	83	3,0	16	3,11
Outras atividades	59	2,2	103	3,8	44	8,29

Fonte: PNAD/IBGE

2.2 A Crise Externa Afetou a Economia Maranhense por Meio de Três Canais Principais

A economia maranhense foi mais afetada que o plano nacional e no plano regional pelos efeitos da crise financeira internacional. Foram três os canais principais pelos quais os efeitos da crise externa se fizeram sentir no Estado. Inicialmente, o canal do crédito ao reduzir a liquidez para o financiamento à aquisição de bens duráveis e outras modalidades de crédito ao consumidor e, especialmente, a contração na concessão de financiamentos para o plantio e custeio à cultura de grãos no Estado. Como consequência e, em comparação com a safra 2007/2008 houve uma redução na área plantada de soja no Estado de 7,8% e, uma redução na produtividade da oleaginosa de 16,1%.

O segundo canal de transmissão da crise externa à economia maranhense foi o do comércio exterior. Como consequência, houve uma contração de 56,5% no valor das exportações maranhenses, a partir de uma

redução de 86% nos embarques do minério de ferro, 63% no caso do ferro-gusa e uma queda de 55% no segmento de alumínio, além da redução de 11% nos embarques de soja. Como decorrência do choque sobre os canais de crédito e exportações, houve uma forte concentração de demissões no setor industrial, particularmente no segmento metalúrgico, que acumulou 1,1 mil demissões líquidas em 2009 e no setor de serviços (1,8 mil demissões só no segmento de transportes).

Por fim, o terceiro canal de transmissão da crise externa para o Estado deu-se através das finanças públicas. A retração da atividade econômica em nível nacional e as políticas de isenção de IPI concorreram para reduzir os repasses para o Estado do Maranhão, através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que registraram, respectivamente, quedas em termos reais de 10,4% e de 10,2% em 2009.

A vulnerabilidade externa permanece sendo uma característica da economia maranhense. Esta se destaca como detentora da quarta maior abertura ao comércio exterior do país e maior do nordeste. A reedição de uma crise de confiança nos mercados financeiros internacionais deverá ter como efeitos esperados sobre a economia maranhense, impactos sobre a contratação de crédito para ao consumo, o custeio agrícola e os investimentos destinados ao mercado mundial de *commodities*.

2.3 No Período Pós 2009 os Segmentos de Construção Civil, Serviços e Comércio foram os que Mais Contribuíram para a Geração de Empregos na Economia Maranhense

No período pós 2009, os segmentos de construção civil, serviços e comércio foram os que mais contribuíram para a geração de empregos na economia maranhense. Os dois primeiros fortemente influenciados pelo aumento das liberações de financiamentos imobiliários e programas habitacionais e, também, pela instalação do novo bloco de investimentos no Estado. Ressalta-se que o forte dinamismo das atividades de comércio deriva da expansão do emprego formal e informal e, também, do expressivo crescimento do volume de financiamentos ao consumo e à aquisição de imóveis.

A agricultura maranhense apresentou um quadro de expansão no primeiro semestre de 2011. além dos fatores climáticos favoráveis, o aumento das liberações do crédito agrícola e a sinalização positiva dos preços de *commodities* agrícolas levaram as principais culturas agrícolas do Estado (soja, milho, feijão, arroz, algodão, mandioca e cana-de-açúcar) a registrarem aumento de: **áreas plantadas, elevação de produção e de produtividade**, com destaque para as culturas de arroz e mandioca, com aumentos médios da ordem de 22,7%.

Os dados da CEMAR revelaram um crescimento de 3,8% no consumo de Energia Elétrica, no Estado, nesse primeiro semestre se 2011, com destaque para as atividades primárias e as terciárias, cuja expansão, respectivamente, foi de 2,7%. e 5,2%. A demanda por energia elétrica nas atividades industriais expandiu-se no período apenas 0,3%, bem abaixo da média. No entanto, a VALE teve uma expansão de 30,3% no consumo industrial de energia, basicamente explicada pelas operações do segmento de pelotização.

As atividades de Construção Civil seguem com forte expansão de crédito imobiliário (54,2% a mais que no mesmo período do ano passado) elevando a participação do Maranhão, tanto em nível regional quanto nacional. Em contrapartida, a conclusão de grandes obras e o prolongamento do período chuvoso fizeram com que o indicador consumo aparente de cimento apresentasse um recuo.

O Comércio apresentou um crescimento de 5,8% no volume de vendas no primeiro semestre do corrente ano (comparado ao mesmo período do ano anterior). Explica-se esse fato pela desaceleração no mercado de trabalho e em razão da substancial ampliação do endividamento das famílias maranhenses. O indicador do Serasa - Experian (cheques sem fundos) mostrou que em junho deste ano houve uma redução de 12,1% na comparação com o mesmo mês de 2010, embora a tendência de curto prazo seja a de ampliação do indicador.

A consolidação dos Investimentos em andamento e planejados para o Estado, divulgados no primeiro semestre de 2011, revelou uma diversificação na composição dos projetos com ampliação do peso das inversões

dos segmentos de geração e distribuição de energia e minero metalúrgico, além das inversões do governo estadual.

O mercado de trabalho maranhense registrou fraco desempenho no primeiro semestre de 2011, em grande parte devido ao desempenho da construção civil, do comércio e dos serviços. Fatores como a conclusão de conjuntos e edifícios residenciais, de obras de infraestrutura e o período de chuvas mais prolongado figuram entre os determinantes do saldo líquido negativo registrado no setor de Construção Civil. O mau desempenho no primeiro trimestre deu lugar a um período de recuperação entre abril e junho.

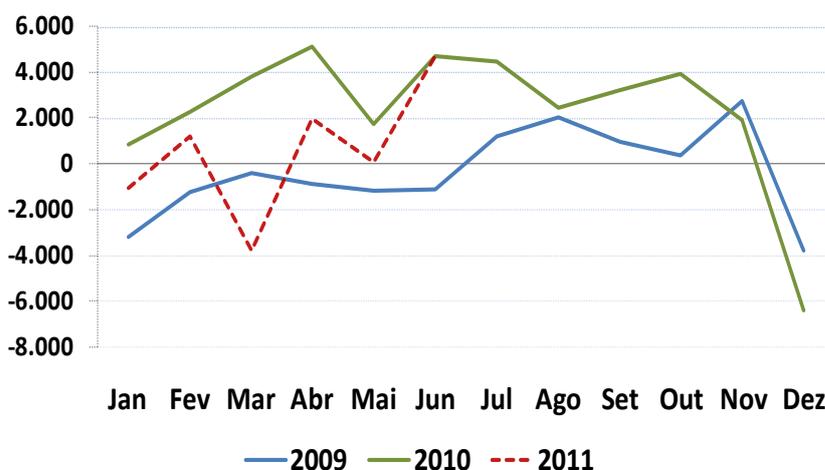


Gráfico 9 - Evolução do Mercado de Trabalho Formal do Maranhão em 2009, 2010 e 1º Sem/2011 (Contratações Líquidas)

Fonte: CAGED/MTE

A agropecuária foi o setor que registrou o maior saldo de contratações líquidas no 1º semestre. Vale destacar que as atividades de apoio à produção florestal e à produção de lavouras temporárias foram os dois grandes responsáveis pelo resultado positivo.

Os municípios com maiores contratações líquidas, no primeiro semestre de 2011, foram: Açailândia (+2.125), São Raimundo das Mangabeiras (+1.218) e Campestre do Maranhão (+1.132). Os piores resultados do Estado estão nos municípios de São Luís (-2.499) e Estreito (-1.192), ambos com parcelas majoritárias das perdas no setor da Construção Civil.

Com relação à Balança Comercial do Estado, nos cinco primeiros meses de 2011, a corrente de comércio expandiu-se 8,1%, mas com expressiva redução no valor das exportações (-23,6%) e uma explosão no valor das importações (+ 34,8%). Registrou-se no mesmo período um déficit comercial de 1,65 bilhões no período de doze meses encerrado em junho de 2011, um crescimento de 84,4% na comparação com dezembro de 2010.

Entre janeiro e maio de 2011, as exportações maranhenses continuaram fortemente concentradas em três produtos: ferro, alumínio e soja, que perfizeram 95,1% do valor e 99,3 % da quantidade das exportações. Ainda no mesmo período, os EUA, o Canadá, o Japão, a Itália, a Islândia e a China destacaram-se como os principais países de destino para as exportações Maranhenses. A análise dos componentes do complexo de ferro e do alumínio permitiu identificar que está ocorrendo em 2011 uma substituição do minério de ferro não aglomerado, um produto de menor valor agregado, por ferro fundido bruto e minério de ferro aglomerado, que contêm maior agregação de valor. No complexo do alumínio, registra-se tendência inversa ao observado no complexo ferro – uma tendência à diminuição do valor agregado.

Em relação às importações maranhenses, foi registrado notável aumento de 34,8% no período janeiro a maio de 2011 (comparado com o mesmo período de 2010). No acumulado até maio deste ano, os bens intermediários somaram US\$211,6 milhões, indicando 11,1% do total importado e crescimento de 100,2 % comparando com o mesmo período de 2010, com destaque para a importação de insumos industriais, que representaram a maior parcela das importações de bens intermediários no período.

A importação de bens de capital cresceu 50,2% no período em análise, com uma modesta expansão de sua participação na pauta de importações (4,0% em 2011, contra 3,6% entre janeiro e maio de 2010).

A análise das cotações médias das principais *commodities* exportadas a partir do Estado (complexos ferro, alumínio e soja) revela que, nos cinco primeiros meses de 2011, estas retornaram ou ultrapassaram os níveis recordes alcançados meses antes da crise mundial de 2008.

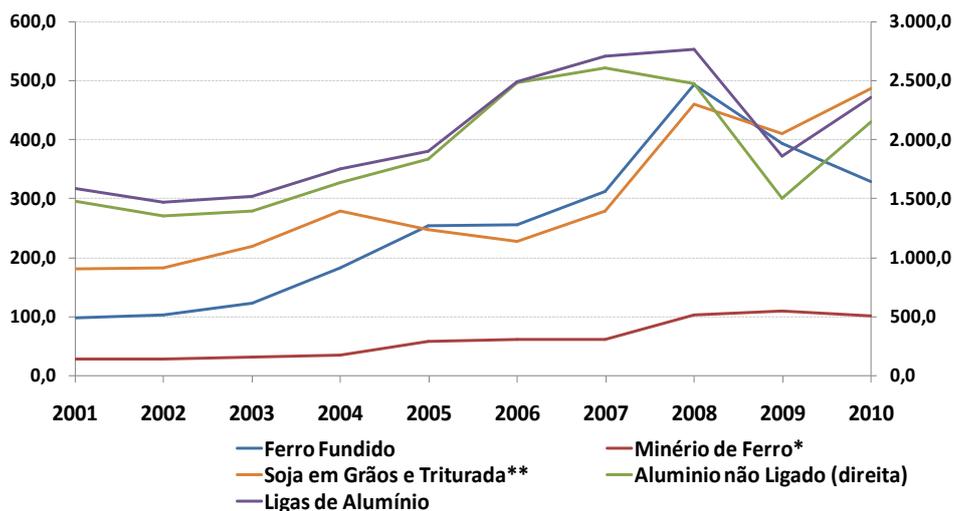


Gráfico 10 – Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados Pelo Maranhão (US\$/Kg)

* O preço do Minério de Ferro para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Index Mundi;

** O preço da Soja para o ano de 2010 foi extraído da cotação do Agolink;

Para os demais anos e produtos, os preços foram extraídos dos dados da Balança Comercial (MDIC) através do cálculo do Valor das exportações (US\$) dividido pelo Peso (Kg Líquido)

Fonte: MDIC

Nas **Finanças Públicas** têm-se os números referentes ao primeiro semestre de 2011. Percebe-se que esse período foi de recuperação das Receitas Estaduais, quando se compara com o primeiro semestre de 2010 (crescimento de 14,2% em 2011, contra 4,3% em 2010), impulsionado principalmente pelo crescimento de 19,1% das Transferências Correntes.

A expansão das Transferências Correntes deve-se, em grande parte, à recomposição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), após o término das adotadas políticas de isenção de IPI para vários produtos industriais, por ocasião da crise externa iniciada em 2008. O FUNDEB estadual, que tinha registrado uma taxa negativa em 2010 de -4,0%, registrou crescimento de 52,4% no primeiro semestre deste ano. Fato parecido se deu no FUNDEB municipal, que cresceu apenas 1,1% em 2010, e registrou elevação de 52,6% em 2011.

Desde o início do ano de 2011, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado do Maranhão vem crescendo continuamente, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, com destaque para o Setor Terciário que tem uma participação de quase 50,0% e, apresentou uma taxa de crescimento 15,5% no acumulado de 12 meses terminados em maio de 2011. No que diz respeito à abertura do Setor Terciário houve destaques positivos para a produtividade tributária do segmento de serviços de transportes e, para o comércio em geral. O destaque negativo foi registrado nas atividades do Setor Primário.

Quanto à arrecadação de Impostos Federais no primeiro semestre de 2011, registrou-se um crescimento de 11,0%, comparado com o mesmo período do ano passado. Os impostos com maior peso nesse resultado foram: Imposto sobre a renda (+18,6%), PIS/PASEP (+6,8%) e CIDE-Combustíveis (+6,0%). O imposto com desempenho negativo no período e que merece destaque é o COFINS (-4,0%).

Quanto aos Programas de Transferência de Renda, observa-se uma expansão no número de beneficiários no Estado naqueles dois mais significativos, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de prestação Continuada (BPC). A novidade é que o Bolsa Família expandiu o número de beneficiários por família que passou de 3 para 5 crianças por família, o que ele vou o teto do benefício de R\$ 200,00 para R\$ 240,00.

Por fim, no que concernem às despesas no primeiro semestre de 2011, registrou-se uma redução de 11,6% nas Despesas Totais do Estado para o que pesou a redução de 60,6% nas Despesas de Capital. Ainda, em relação às Despesas, é importante destacar que no primeiro semestre de 2011 a proporção de despesas com a dívida voltou a ser maior que a proporção com os gastos com investimento no Estado.

2.4 Perspectivas

As perspectivas para a economia maranhense em 2011 e 2012 devem levar em consideração, de um lado, os desdobramentos da crise financeira internacional e as respostas da política econômica e, de outro, a continuidade da instalação do novo bloco de investimentos no Estado.

Nosso modelo de simulação do PIB maranhense aponta que, após a expansão de 1,2% em 2009 e de prováveis 10% em 2010, a economia do Estado deverá registrar um crescimento real de 7,0%, em 2011 e de 6,5% em 2012, a depender do andamento da crise financeira internacional.

De um total de R\$ 107 bilhões em novos investimentos em andamento e anunciados para o período 2011-2016, 34,5% (R\$ 37 bilhões) relacionam-se com a refinaria Premium da Petrobrás, 18% (R\$ 19,3 bilhões) com o setor de logística, 15,2% com geração e distribuição de energia e 11% com o segmento de minero-metalurgia.

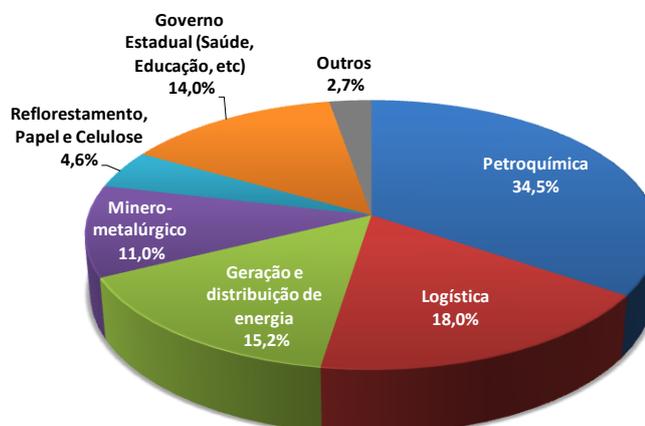


Gráfico 11 – Investimentos em Andamento e Planejados no Estado do Maranhão (2011 – 2016) – Em % do Total

Fonte: SINC/MA

O segmento mais dinâmico na economia maranhense em 2011 deverá ser o de construção civil, mas as atividades do comércio também continuarão exibindo forte dinamismo, como decorrência dos bons indicadores no mercado de trabalho e da ampliação das transferências federais constitucionais e voluntárias. O avanço dos novos investimentos e a ampliação do crédito imobiliário, agora abrangendo também os segmentos de menor poder aquisitivo, concorrem para fazer deste setor o responsável pelo maior contingente de contratações, tanto no segmento formal como no segmento informal.

Além do efeito multiplicador dos novos investimentos, a expansão da massa salarial e a retomada do crescimento das transferências federais para o Estado devem continuar impulsionando os segmentos do comércio e serviços. No que se refere às condições gerais de crédito, embora este continue em expansão, já existem preocupações no que se refere à elevação do endividamento médio das famílias maranhenses em um contexto de aumento da taxa básica de juros.

O cenário internacional, em deterioração a partir do início do segundo semestre, deve ser monitorado com cuidado nos próximos meses. Os riscos mais prováveis no caso de uma deterioração do cenário internacional estão na desaceleração dos investimentos voltados para atender a demanda externa, particularmente aqueles, cuja produção destina-se ao abastecimento dos mercados europeu e norte-americano, ainda que indiretamente. Nesse caso, os maiores riscos de prolongamento nos prazos de instalação relacionam-se aos segmentos de siderurgia e de petróleo, gás e energia.

Aprendemos com os acontecimentos de 2008/2009, que uma ressurgência da crise financeira internacional poderá afetar a economia maranhense através de 2 canais principais em um primeiro momento: i) através da contração do crédito ao consumo e aos novos investimentos (especialmente aqueles voltados para o mercado de commodities); ii) através da oscilação dos preços das *commodities* (os quais se encontram em picos históricos), e de oscilações na demanda por estes produtos. Faz-se necessária neste momento uma reflexão sobre o oportuno papel das atividades ligadas ao mercado interno na geração de oportunidades de emprego e renda, mantendo canais de demanda ativos nas fases em que o canal das exportações anda mais devagar. A agroindústria alimentar, neste sentido, dispõe no maranhão de amplas condições de se desenvolver, propiciando, inclusive, condições para reverter o preocupante declínio da população rural evidenciado pelos resultados do CENSO 2010 em vários municípios maranhenses.

3 CONJUNTURA MARANHENSE EM DADOS

3.1 Nível de Atividades

3.1.1 Produção Agrícola

Os dados da agricultura maranhense, publicados no Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA/IBGE) de Junho de 2011, revelam resultados animadores quando comparados com a safra de 2010. As principais culturas do Estado apresentaram um aumento de 6,9% na previsão das áreas plantadas, contribuindo para uma elevação média de 19,4% da produção total, como demonstra a **Tabela 13**.

Tabela 13 - Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção do Brasil em 2010 e Jul/2011.

Produto	Período	Área (mil ha)		Prod. MA (mil)	Rend. Médio (Kg/ha)	Prod. BR (mil ton)	Prod. MA/BR (%)
		Plan-tada	Colhi-da				
Soja	2010 (a)	493	493	1.313	2.665	68.480	1,9
	Jul/11(c)	530	530	1.571	2.962	74.842	2,1
	(c/a)	7,7	7,7	19,6	11,1	9,3	-
Milho	2010 (a)	366	366	528	1.442	52.079	1,0
	Jul/11(c)	382	382	640	1.676	55.457	1,2
	(c/b)	0,0	0,0	0,0	0,0	-4,1	-
	(c/a)	4,2	4,2	21,2	16,2	6,5	-
Feijão	2010 (a)	78	78	34	857	1.556	2,2
	Jul/11(c)	91	91	43	934	3.695	1,2
	(c/a)	16,0	16,0	25,7	9,0	137,4	-
Arroz	2010 (a)	461	461	558	1.209	11.326	4,9
	Jul/11(c)	468	468	703	1.504	13.448	5,2
	(c/a)	1,4	1,4	26,1	24,4	18,7	-
Algodão	2010 (a)	13	13	43	3.289	2.931	1,5
	Jul/11(c)	17	17	61	3.664	5.056	1,2
	(c/a)	28,6	28,6	43,2	11,4	72,5	-
Mandioca	2010 (a)	205	205	1.450	7.092	24.831	5,8
	Jul/11(c)	208	208	1.782	8.588	26.286	6,8
	(c/a)	1,5	1,5	22,9	21,1	5,9	-
Cana-de-açúcar	2010 (a)	50	50	2.836	56.465	729.560	0,4
	Jul/11(c)	48	48	2.786	58.188	682.172	0,4
	(c/a)	-4,7	-4,7	-1,7	3,1	-6,5	-

Fonte: IBGE/GCEA/LSPA

Dentre as culturas descritas na **Tabela 13**, o **algodão** merece destaque, visto que registrou um aumento de 28,6% na previsão da área plantada, elevando em 43,2% a produção esperada dessa cultura no Estado. Uma das explicações para tal fato, segundo a Fundação de Apoio à Pesquisa no Corredor de Exportação Norte (Fapcen), refere-se ao aumento de investimentos por parte grandes produtores da cultura na Região Sul do Maranhão. Outras explicações seriam: os bons preços praticados no mercado; e as demandas interna e externa aquecidas aliadas aos baixos estoques mundiais.

Outra cultura que merece destaque é a produção de **feijão** que apresentou variação positiva de 25,7% em sua produção prevista, com revisões positivas nas áreas plantadas e colhidas na ordem de 16,0%.

O cultivo de **arroz** maranhense, predominantemente não irrigado (segue padrões tradicionais com baixa agregação de tecnologia), registrou a terceira maior expansão esperada na produção em comparação com o ano passado, 26,1%.

A **mandioca**, cultura disseminada em todas as microrregiões do Estado e de grande peso na alimentação dos maranhenses, apresentou um tímido aumento de 1,5% na previsão de áreas plantadas e colhidas, mas registrou um crescimento de 21,1% na produtividade esperada, resultando no aumento de 22,9% na produção projetada no período 2010/2011. Creditam-se esses resultados às ações sistemáticas de capacitação dos agricultores efetivadas por meio da parceria com o Sistema FAEMA/SENAR¹ (Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e ao aumento da liberação de crédito por meio do

¹ O Sistema FAEMA/SENAR realiza mais de 1200 treinamentos por ano na área rural, atendendo cerca de 180.000 produtores em todas as culturas.

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) resultando no aumento de 22,9% na produção projetada no período 2011/2012.

Segundo o Grupo de Coordenação e Estatísticas Agropecuárias do Maranhão (GCEA), o cenário para a lavoura da soja demonstra-se favorável em virtude da expansão da demanda mundial.

A cana-de-açúcar, por sua vez, andou na contramão das demais culturas, registrou uma redução de 4,7 % na área plantada e colhida, como consequência apresentou queda da produção total esperada de 2,8 para 2,7 milhões de toneladas, em comparação com a produção 2009/2010, logo, uma variação negativa de 1,7%.

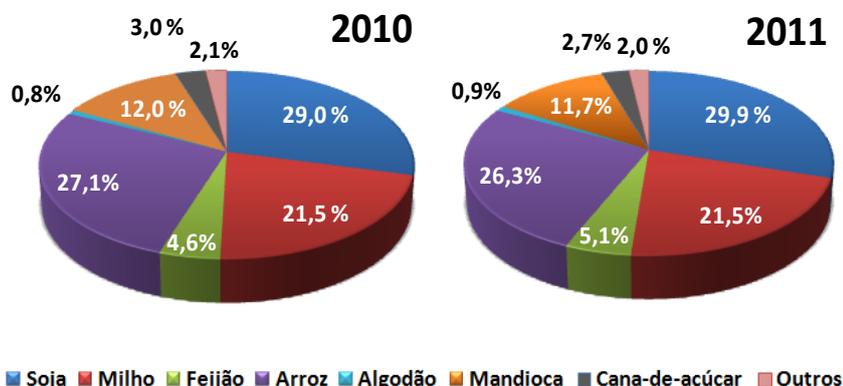


Gráfico 12 - Composição da Área Plantada no Maranhão Por Principais Culturas (Safras 2009/10 e 2010/11)

Fonte: LSPA/GCEA/IBGE

Decerto as dificuldades na instalação da empresa Maity Bioenergia tiveram expressivas influências para que esse fato ocorresse. Apesar disso, a produtividade apresentou um aumento de 3,1%.

Tabela 14 - Total do Financiamento Agrícola Destinado à Lavoura, Participação das Principais Culturas no Total do Financiamento Agrícola Destinado à Lavoura e Taxa Média de Crescimento Anual dessas Culturas de 2000 a 2010 (Em %)

CUSTEIO	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% a.a.
LAVOURA	90.015	193.450	199.318	246.451	366.479	496.079	376.089	20,9
	100,0							
SOJA	38,8	43,5	43,9	42,0	52,8	62,2	59,9	27,4
MANDIOCA	20,8	23,8	21,7	19,2	11,1	8,8	12,5	9,9
MILHO	14,8	10,4	12,0	11,5	10,5	7,6	9,1	12,3
ALGODAO	0,0	0,4	3,3	8,5	8,0	5,3	8,4	56,5
ARROZ NAO IRRIG.	20,2	17,8	15,2	11,8	7,3	6,5	6,5	6,6
EUCALIPTO	0,0	0,6	1,8	4,0	7,4	4,4	1,4	6,6
ABACAXI	0,6	0,4	0,6	0,7	0,2	0,3	0,8	10,5
CAJU	0,1	0,2	0,2	0,0	0,2	0,1	0,2	15,3
ARROZ IRRIGADO	1,6	0,6	0,4	0,9	0,8	0,7	0,0	10,5
CANA-DE-ACUCAR	0,0	0,0	0,1	0,1	0,9	2,9	0,0	14,0
FEIJAO	1,5	0,2	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	-53,2
OUTROS	1,2	1,9	0,7	0,8	0,5	1,2	1,1	21,3

Fonte: BACEN

Uma análise da evolução dos financiamentos governamentais à agricultura maranhense revela que nos últimos anos houve uma concentração das liberações em três culturas principais, a soja, o algodão, despontando, o eucalipto (reflorestamento).

Enquanto a soja passou de receptora de 38,8% do financiamento agrícola em todas as suas modalidades para 59,9% do financiamento, a participação conjunta da soja, algodão e eucalipto no recebimento de financiamento agrícola atingiu o patamar de 69,7%, no total dos financiamentos agrícolas para o Estado em 2010. As culturas de mandioca, milho e arroz não irrigado perderam participação na liberação de financiamentos, passando, conjuntamente, do patamar de 55,8% para 28,1% do total do financiamento agrícola liberado no Estado. Este fato implica em que as culturas voltadas mais diretamente à alimentação dos maranhenses vem perdendo terreno.

3.1.2 Consumo de Energia Elétrica

Consumo de Energia Elétrica é reduzido no setor da Construção

Os dados disponíveis sobre o consumo de energia elétrica no Estado do Maranhão (**Tabela 15**) demonstram que no primeiro semestre de 2011 houve um crescimento de 3,8% no conjunto das atividades primárias e secundárias, em comparação ao mesmo período de 2010. O principal determinante para este resultado foi o aumento da demanda por parte da ALUMAR (+2,6% no período, em contraste com o crescimento de 1,9% no ano de 2010). As atividades de redução do alumínio representam, isoladamente, cerca de 90% do consumo de energia elétrica nos segmentos primário e secundário no Estado. Ainda, no segmento da indústria extrativa, destaca-se, sobretudo, a elevação na demanda por energia elétrica da VALE influenciada pelo segmento de pelotização, que respondeu pelo incremento de 30,3% , no primeiro semestre de 2011, em comparação com o mesmo período em 2010.

A indústria de transformação registrou no primeiro semestre de 2011 uma virtual estabilidade no consumo de energia elétrica em comparação com o ano anterior (+0,3%). Nesse período, os destaques em termos de elevação do consumo de energia elétrica na indústria de transformação foram registrados nos segmentos de metalurgia básica (+69,8%), na fabricação de produtos químicos (+28,5%) e de alimentos e bebidas (+ 7,1%). As reduções mais expressivas, ainda na mesma base de comparação, foram observadas nos segmentos de fabricação de produtos de madeira (-19,9%), celulose, papel e seus produtos (-21,0%) e atividades da construção (-22,5%), este último fortemente influenciado pelo prolongamento do período chuvoso por todo o primeiro semestre de 2011.

Tabela 15 - Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Primárias e Secundárias no Estado do Maranhão de 2008 a 2011 (Valores em GWh e Crescimento em %)

Atividades	2008	2009	2010	2010*	2011*	Cres % 09/08	Cres % 10/09	Cres % 11*/10*
Agricultura, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal	0,401	0,410	0,535	0,219	0,225	2,2	30,5	2,7
Indústrias Extrativistas	7.617,9	7.157,2	7.466,6	3.666,3	3.811,0	-6,0	4,3	3,9
ALUMAR	7.201,8	6.964,1	7.096,4	3.508,2	3.600,4	-3,3	1,9	2,6
VALE	406,4	183,8	359,6	154,4	201,2	-54,8	95,7	30,3
Outros	9,7	9,3	10,6	3,6	9,3	-4,1	13,3	156,0
Indústrias de Transformação	430,1	381,9	415,3	199,0	199,6	-11,2	8,8	0,3
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	124,2	120,2	132,8	62,2	66,6	-3,2	10,4	7,1
Fabricação de Produtos de Madeira	17,9	10,6	11,1	5,4	4,3	-41,0	4,4	-19,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	13,8	10,4	8,3	4,5	3,6	-25,1	-19,6	-21,0
Fabricação de Produtos Químicos	26,1	33,6	29,0	14,6	18,7	28,7	-13,7	28,5
Fabric. de Artigos de Borracha e de Material Plástico	9,6	6,6	7,8	3,6	3,5	-31,2	18,2	-1,7
Fabric. de Produtos de Minerais Não-Metálicos	101,7	105,2	117,8	55,9	56,6	3,4	12,0	1,4
Metalurgia Básica	64,1	12,4	25,4	8,8	14,9	-80,6	104,3	69,8
Fabricação de Moveis e Indústrias Diversas	14,4	12,8	13,2	6,5	6,4	-11,5	3,2	-0,4
Construção	16,8	33,7	36,9	18,2	14,1	100,5	9,3	-22,5
Sub Total	388,7	345,5	346,1	173,1	173,1	-11,1	0,2	0,0
Outros	41,4	36,4	33,1	19,4	10,7	-12,1	-8,9	-44,6
Total	8.048,4	7.539,5	7.882,5	3.865,5	4.010,8	-6,3	4,5	3,8

Fonte: Cemar

* 1º Semestre

As atividades agropecuárias aumentaram a demanda de energia elétrica em 2,7% no primeiro semestre de 2011, quando comparadas ao primeiro semestre de 2010. No ano de 2010, o segmento registrara expressiva expansão na demanda por energia elétrica, na ordem de +30,5%.

No primeiro semestre de 2011, o consumo de energia elétrica nas atividades terciárias no Estado do Maranhão registrou um crescimento de 5,2%. Os destaques foram: as atividades imobiliárias e de aluguéis (+14,0%) e as atividades de comércio e reparação (+8,6%), que continuaram exibindo o forte dinamismo, observado em 2010. Quedas na demanda por energia elétrica, por outro lado, foram observadas nos segmentos Educação (-3,9%); Saúde e Serviços Sociais (-2,7%); Transporte, Armazenagem e Comunicações (-2,4%); enquanto

que o segmento de alojamento e alimentação registrou estabilidade (+0,1%). Uma razão para este fraco desempenho, mais uma vez, pode estar associada aos fatores climáticos – a extensão não usual do período de chuvas, ao ocasionar temperaturas médias mais baixas (especialmente no segundo trimestre do ano), levou a uma menor demanda por serviços de climatização.

Tabela 16 - Consumo de Energia Enérgica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2008 a 2011 (Valores em GWh e Crescimento em %)

Atividades	2008	2009	2010	2010*	2011*	Cres % 09/08	Cres % 10/09	Cres % 11*/10*
Comércio, Reparação de Veículos Automotores	342,8	352,6	423,2	200,7	217,9	2,9	20,0	8,56
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	48,6	50,0	59,8	28,3	29,6	2,8	19,5	4,74
Alojamento e Alimentação	87,0	88,3	103,3	48,8	48,8	1,5	17,0	0,09
Transporte, Armazenagem e Comunicações	61,7	65,4	65,1	33,4	32,6	6,0	-0,4	-2,39
Saúde e Serviços Sociais	46,9	49,6	54,3	26,4	25,6	5,7	9,3	-2,70
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência	36,9	38,1	42,2	20,4	21,6	3,1	10,7	6,13
Educação	25,0	26,6	29,3	14,5	13,9	6,2	10,4	-3,88
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	21,0	32,7	40,0	18,3	20,8	55,6	22,2	13,96
Outros	0,2	0,4	0,5	0,2	0,2	53,8	18,3	2,47
Total	670,3	703,8	817,6	390,9	411,2	5,0	16,2	5,19

Fonte: Cemar

* 1º Semestre

3.1.3 Construção Civil

Financiamento Imobiliário

Maranhão aumenta participação no volume de recursos para financiamento imobiliário no Nordeste e no Brasil

Os dados do Sistema Brasileiro de Pagamentos e Empréstimos (SBPE), divulgados pelo Banco Central (BACEN), estão disponíveis até o mês de maio de 2011.

Esses dados revelam que, nos cinco primeiros meses de 2011, o volume de recursos para financiamento imobiliário no Maranhão já superou em 54,2% o mesmo período do ano passado. No Nordeste o crescimento foi de 29,2% e no Brasil, de 34,2%, conforme mostra a **Tabela 17**.

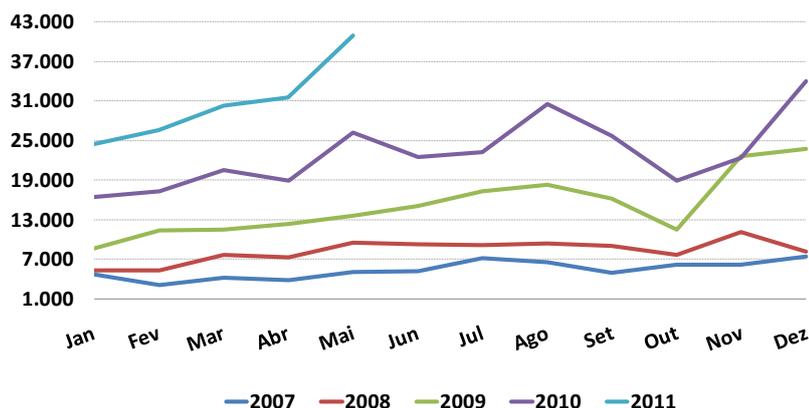
Os dados concernentes à participação do Maranhão, na concessão de financiamentos no Nordeste e no Brasil em 2011, demonstram um percentual recorde de 9,54% e 0,95%, respectivamente.

Tabela 17 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR 9 Valores Constantes em R\$ Milhões Inflacionados pelo INPC)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	60,6	857,5	10.198,1	7,06	0,59
2008	93,1	1.317,6	14.676,2	7,06	0,63
2009	170,9	2.107,9	20.444,7	8,11	0,84
2010	277,8	3.378,9	33.769,7	8,22	0,82
jan-mai/10	99,8	1.249,8	12.022,4	7,99	0,83
jan-mai/11	153,9	1.614,3	16.133,5	9,54	0,95
% a.a. (07 a 10)	66,2	58,0	49,1	-	-
2011/2010	54,2	29,2	34,2	-	-

Fonte: SBPE/Bacen

O **Gráfico 13**, ao lado, evidencia que a taxa média de crescimento ao ano, do total do financiamento imobiliário concedido ao Maranhão, nos últimos quatro anos (2007-2010), foi de 66,2%, enquanto que no Nordeste a taxa foi de 58,0%, e no Brasil a taxa foi de apenas 49,1%, conforme descrito na Tabela 17.



Em 2011, a expansão de crédito em relação ao ano anterior foi de 54,2% alcançando 153,9 milhões de reais, patamar que pode levar a positivas especulações para 2011.

Gráfico 13 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA (Em Mil Reais - inflacionados pelo INPC Base = Maio/11)

Fonte: Bacen

Consumo Aparente de Cimento

Consumo aparente de Cimento tem uma queda de 10% no primeiro trimestre de 2011

Os dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), referentes ao primeiro trimestre de 2011, registraram um recuo de 7,7% na oferta de cimento e de 10% em sua demanda, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. A conclusão de grandes obras e as mudanças climáticas são os fatores causais mais importantes para explicar este fato.

No mercado nordestino, a participação maranhense no consumo de cimento foi de 9,1% e na produção ficou em apenas 3,0%. Quando se analisa essa participação no mercado brasileiro, as decepções são ainda maiores. No Nordeste, a participação ficou em torno de 3,0%, enquanto que no Brasil, essa foi apenas 0,6%, como mostram as **Tabelas 18 e 19**.

Tabela 18 - Consumo Aparente de Cimento MA, NE, e BR (Em 1.000 Ton)

Ano	MA	NE	BR	MA (%) ano a ano	MA/ NE	MA/ BR
2001	534	6.713	38.398	-	8,0	1,4
2002	568	6.746	37.978	6,4	8,4	1,5
2003	305	6.868	34.475	-46,3	4,4	0,9
2004	531	5.695	34.176	74,1	9,3	1,6
2005	579	5.830	35.645	9,0	9,9	1,6
2006	694	6.756	38.534	19,9	10,3	1,8
2007	817	7.928	45.003	17,7	10,3	1,8
2008	960	9.303	51.170	17,5	10,3	1,9
2009	1.122	10.054	51.588	16,9	11,2	2,2
2010	1.377	12.290	59.999	22,7	11,2	2,3
1º tri/10	309	2.832	13.693	-	10,9	2,3
1º tri/11	278	3.061	14.708	-10,0	9,1	1,9
01 a 10 (% a.a.)	11,1	7,0	5,1	-	-	-

Fonte: SNIC

Na última década, o consumo aparente de cimento saltou de 534 mil toneladas em 2001 para 1.377 mil ton. em 2010. Registrou-se um crescimento médio de 11,1% ao ano, superior ao do Nordeste e ao do Brasil que cresceram, respectivamente, em 7,0% e 5,1%.

A produção de cimento, caminhando a passos lentos, não cresceu na proporção necessária para abastecer o mercado interno. No início da década (2001) foi registrada uma produção de 291 mil toneladas, enquanto que no final da década (2010) a produção foi de 384 mil toneladas, um crescimento médio de apenas 3,1% ao ano.

**Tabela 19 - Produção de Cimento MA, NE, e BR
(Em 1.000 Ton)**

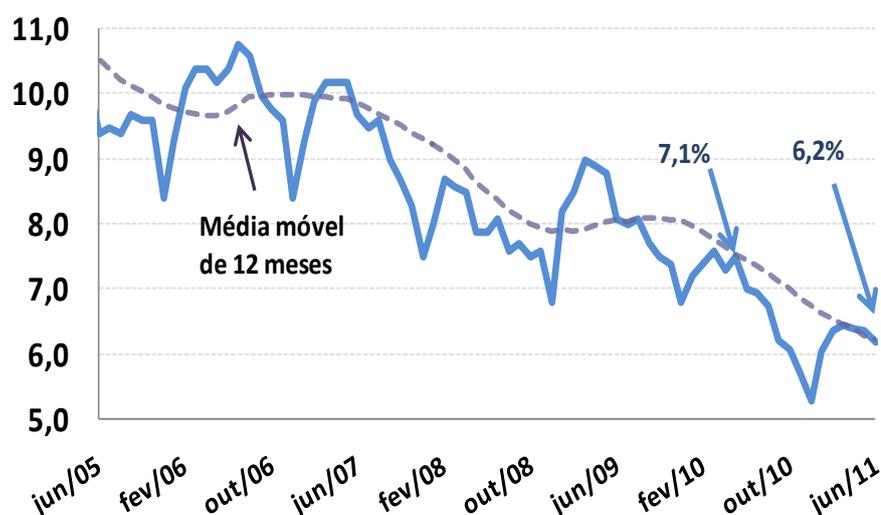
Ano	MA	NE	BR	MA (%) ano a ano	MA/ NE	MA/B R
2001	291	7.240	38.938		4,0	0,7
2002	314	7.346	38.027	7,9	4,3	0,8
2003	254	6.490	34.010	-19,1	3,9	0,7
2004	302	6.859	34.413	18,9	4,4	0,9
2005	308	7.558	36.673	2,0	4,1	0,8
2006	316	8.008	39.540	2,6	3,9	0,8
2007	336	9.399	45.941	6,3	3,6	0,7
2008	358	10.088	51.884	6,5	3,5	0,7
2009	358	9.960	51.747	0,0	3,6	0,7
2010	384	11.231	59.242	7,2	3,4	0,6
1º tri/10	90	2.674	13.324	-	3,4	0,7
1º tri/11	83	2.743	14.291	-7,7	3,0	0,6
01 a 10 (% a.a.)	3,1	5,0	4,8	-	-	-

Fonte: SNIC

De fato, em 2010, a única fábrica existente no Maranhão não conseguiu atender a 1/3 da demanda interna e a elevação da dependência de outros Estados foi evidente neste final de década. As projeções para a produção de cimento, depois da instalação da Fábrica Votorantim, no Distrito industrial, são positivas, pois o acumulado do ano, que hoje está em torno de 380 mil toneladas, passará a ser de 1 milhão de ton., atendendo a cerca de 70,0% da demanda interna.

3.1.4 Evolução das Vendas do Comércio

O volume de vendas do comércio se expandiu no Estado do Maranhão, entre 2005 e 2008, a uma taxa superior a do Brasil, como resultado do forte crescimento da oferta de crédito e do aumento da massa de rendimentos da população ocupada no Estado. Os efeitos da crise de 2008/2009 se fizeram sentir, de forma mais intensa, no Estado do que no país, conforme **Gráfico 14**. Mas a recuperação, a partir do segundo semestre de 2009, recolocou o indicador na linha de tendência verificada no período anterior (13% a.a., comparada ao patamar de 6,0% a.a. no nível nacional). No entanto, leituras recentes demonstram uma tendência de arrefecimento do crescimento.



Os dados referentes ao trimestre, abril a junho de 2011, mostram um movimento de acomodação no indicador, que pode estar associado tanto ao menor dinamismo observado no mercado de trabalho, quanto ao expressivo crescimento observado, recentemente, acerca do nível de endividamento das famílias no Estado.

Gráfico 14 - Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Dessaz. BR e MA e Média Móvel – Jun/05 a Jun/11 (Índice 2003 = 100; em % a.a)

Fonte: IBGE

Tabela 20 - Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista Dessaz. MA e BR (2003=100)

Mês / Ano	Contra o mês anterior		Contra o mesmo mês do ano anterior		12 meses contra igual período do ano anterior	
	MA	BR	MA	BR	MA	BR
jun/10	0,5	1,2	14,9	10,6	8,6	0,1
jul/10	2,3	0,4	20,2	10,3	10,1	0,5
ago/10	1,4	1,7	19,1	11,9	11,3	1,1
set/10	2,2	0,4	25,6	11,6	13,7	1,3
out/10	-0,5	0,1	22,1	9,7	15,5	1,3
nov/10	-1,9	0,6	17,2	9,2	16,4	1,4
dez/10	0,8	0,1	17,1	10,0	17,1	1,1
jan/11	1,1	1,3	10,7	8,7	16,9	0,7
fev/11	2,8	0,1	14,4	5,7	17,5	0,3
mar/11	1,6	1,0	13,7	7,6	17,1	0,1
abr/11	0,3	-0,2	15,8	7,5	17,3	-0,2
mai/11	-0,9	0,7	10,0	7,9	16,5	-0,5
jun/11	-3,3	0,2	5,8	6,8	15,7	-0,7

Fonte: IBGE

3.1.5 Endividamento

Percentual de endividados em julho de 2011 foi significativamente superior ao registrado no mesmo mês de 2010 tanto em nível nacional como no Estado do Maranhão

Os resultados da pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) realizada por iniciativa da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no município de São Luís, na primeira quinzena de julho de 2011, mostram que houve um recuo do percentual daqueles que se julgam endividados entre junho e julho recentes, tanto em nível nacional como no Maranhão. Em ambos os casos, o percentual de endividados em julho de 2011 foi significativamente superior ao registrado naquele mês em 2010, como pode ser visto na **Tabela 21**.

Uma hipótese preliminar para a elevação acentuada do percentual de contas em atraso, em São Luís, relaciona-se ao contingente proporcionalmente maior de consumidores que ingressaram recentemente no movimento de alargamento do crédito no Maranhão e, passam agora por um processo de aprendizado da utilização dos instrumentos de crédito.

Tabela 21 - Endividamento dos Consumidores Ludovicenses em Jul/10, Jun/11, Jul/11

Situação		jun/10	jun/11	jul/11
Endividados	MA	53,0%	77,0%	74,0%
	BR	57,7%	64,1%	63,5%
Contas em Atraso	MA	24,0%	33,0%	35,0%
	BR	22,8%	23,3%	23,7%
Não terão Condições de Pagar	MA	3,0%	10,0%	8,0%
	BR	8,9%	8,4%	8,1%

Fonte: Pesquisa direta CNC, jul/11

Os dados da PEIC apontam, entretanto, que nos últimos 12 meses o percentual de endividados em São Luís cresceu 21 pontos percentuais, ultrapassando a média nacional para preocupantes 74% do total dos consumidores (comparado a 63,5% no plano nacional, superior em 5,8 pontos percentuais à leitura de julho de 2010).

No que diz respeito às contas em atraso, houve em nível nacional um pequeno, porém consistente, aumento de 0,9% (de 22,8% para 23,7%), enquanto que em São Luís a variável saltou no mesmo período de 24,0% para 35,0%.

A parcela dos entrevistados que avaliaram não terem condições de honrar suas dívidas, dão indicativos sinais de que o aprendizado acontece de forma intensa no Estado: o indicador variou de 3,0% do total dos respondentes em julho de 2010 para 10,0% em junho de 2011, recuando em seguida para 8,0% do total. No plano nacional percebe-se um recuo do indicador de 0,8 p.p. (8,9% em jul/10 para 8,1% em jul/11). Ainda que o patamar de inadimplência na capital maranhense seja relativamente baixo (2º menor entre as capitais do Nordeste), a forte concentração do endividamento em cartões de crédito (instrumentos conhecidos pelos elevados custos financeiros), em um contexto de elevação da taxa básica de juros da economia, é sinal de que há elevação da vulnerabilidade financeira no Estado.

3.1.6 Inadimplência

Os dados de maio de 2011 dos indicadores de inadimplência no *Serasa Experian*, referente ao Estado do Maranhão, revelaram resultados otimistas quando comparados ao mesmo período do ano passado: a proporção de cheques sem fundos no total de emitidos apresentou uma redução de 25,5%, mas, se comparados o mês em curso com o mês anterior constata-se um aumento na ordem de 7,8%, conforme os dados da **Tabela 22**.

No **Gráfico 15**, percebe-se uma ligeira instabilidade nos cinco primeiros meses do ano. O percentual de cheques dessa espécie entrou em declinação em janeiro com 12,2%.

Tabela 22 – Cheques Devolvidos Sem Fundos no Maranhão

Mês / Ano	Proporção de cheques sem fundos do total de emitidos	Variação sobre o mês anterior	Variação sobre o mesmo mês do ano anterior	12 meses contra igual período do ano
mai/10	16,9	-2,0	-9,6	2,9
jun/10	17,4	-1,5	-6,2	-0,3
jul/10	17,2	8,7	-10,3	-3,9
ago/10	16,6	0,7	-6,2	-7,3
set/10	15,7	-6,7	-13,0	-10,8
out/10	16,8	5,4	-11,5	-12,9
nov/10	17,7	7,8	4,5	-13,3
dez/10	16,4	9,0	12,7	-11,2
jan/11	12,2	-30,6	-13,7	-10,4
fev/11	11,3	-24,2	-29,4	-10,8
mar/11	12,8	30,0	-29,1	-10,7
abr/11	11,7	-18,7	-32,2	-11,8
mai/11	12,6	27,0	-12,1	-12,0

Fonte: Serasa experian

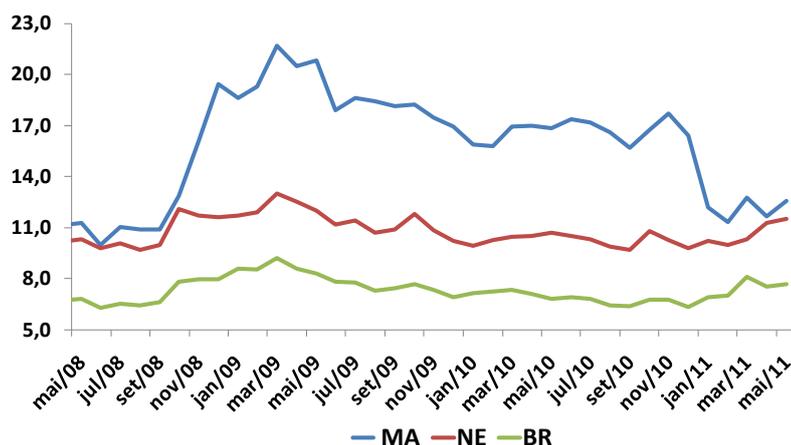


Gráfico 15 – Cheques Sem Fundos MA, NE e BR (em % do Total Maio/08 a Maio/11)

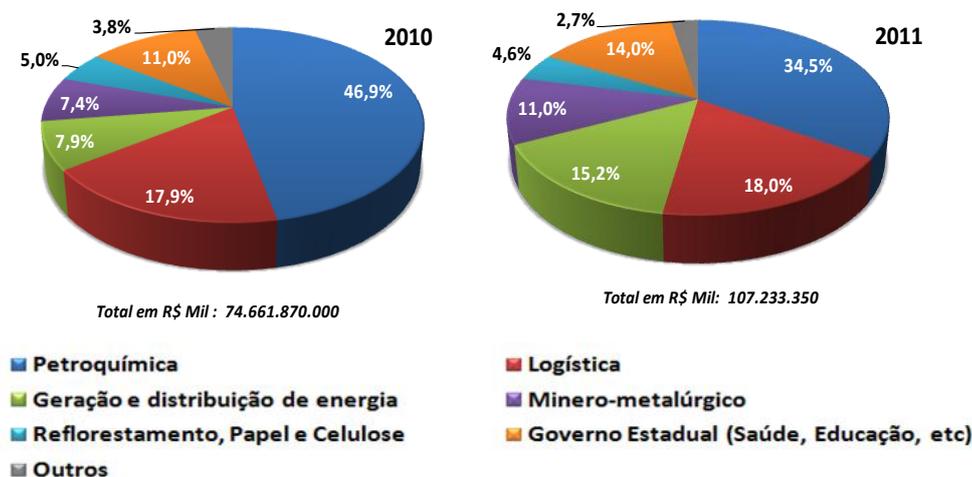
Fonte: Serasa Experian

Em fevereiro, o percentual foi ainda menor, um pouco superior a 11,0%, o que reaproximou os registros do Maranhão ao do Nordeste. Em março registrou-se 12,8% e em abril a proporção sofreu novamente uma queda e chegou à casa de 11,7%. Entretanto o mês de maio voltou a preocupar, pois, as proporções foram crescentes no Maranhão 12,6%, no Nordeste 11,5% e no Brasil com 7,7%.

3.1.7 Investimentos

A consolidação dos investimentos em andamento e planejados para o Estado divulgada pela Secretária da Indústria e Comércio, atualizada para o primeiro semestre de 2011, revelou na comparação com a listagem do

primeiro trimestre de 2010 uma diversificação na composição dos investimentos, com ampliação do peso das inversões dos segmentos de geração e distribuição de energia e minero metalúrgico, além das inversões do governo estadual (**Gráfico 16**).



O setor de Geração e Distribuição de Energia teve sua participação quase dobrada, saindo de um patamar de 7,9% para 15,2% - um aumento de 7,3 pontos percentuais.

Gráfico 16 - Investimentos Em Andamento e Planejados do Estado do Maranhão (2010 – 2016) – Em % do Total

Fonte: SINDIC/MA

Os riscos mais prováveis no caso de uma deterioração do cenário internacional estão na desaceleração dos investimentos voltados para atender a demanda externa, particularmente aqueles, cuja produção destina-se ao abastecimento dos mercados europeu e norte-americano, ainda que indiretamente. Nesse caso, os maiores riscos de prolongamento nos prazos de instalação relacionam-se aos segmentos de siderurgia e de petróleo, gás e energia.

O anúncio de maior peso provém da empresa de prospecção de gás OGX, com um investimento total de 5,01 bilhões de reais (4,7%) e geração de 4,2 mil empregos diretos e indiretos, englobando a instalação de uma Termelétrica de 1863 MW em Santo Antônio de Lopes, Prospecção de Gás e Petróleo nas Bacias do Pará e Maranhão e Pesquisa de Gás e Petróleo na Bacia do Parnaíba. As duas primeiras se encontram em estudo e a última já em andamento. Em seguida, aparece o Governo Federal com um anúncio de 3,06 bilhões para a construção da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada. Por último, a Gasmar anunciando mais de dois bilhões que serão investidos na Exploração e Comercialização de gás- GNC/GLP (primeira fase) e gasoduto.

Outro setor que teve o segundo maior ganho de participação foi o Minero Metalúrgico saindo do patamar de 7,4% para 11,0%. O investimento de maior contribuição provém da Companhia Siderúrgica do Mearim – Aurizonia Empreendimentos, com um anúncio de mais de 11 bilhões de reais (10,5%) destinados a construção de uma Siderurgia de placas de aço para exportação (em estudo) no município de Bacabeira, gerando 3500 empregos diretos e 9000 indiretos. Em seguida vem o Grupo Dimensão com um total de 160 milhões que serão investidos na instalação de uma Indústria Metalúrgica (derivados de aço, perfis, chapas e tubos), com início previsto em 2011 e conclusão em 2013. Essa indústria poderá gerar mais de 1.300 empregos.

Mesmo ganhando maior densidade, a cadeia produtiva continua sendo liderada pelo setor Petroquímico (34,5%), cujo principal investimento: a Refinaria Premium, orçada em 37 bilhões de reais, gerando 132 mil empregos, sofreu postergação nas datas de construção e operação. A primeira fase que começaria a operar em 2014 passou para 2016 e a segunda para 2019.

A novidade quase não percebida no setor Logístico deu-se na divulgação do orçamento para as construções: do Terminal Portuário do Mearim orçado em 4,5 bilhões (4,2%), em Bacabeira; do Terminal Portuário de Grandis com um orçamento total de 400 milhões; e do Estaleiro Naval pelo Grupo Atlântica com investimento de 100 milhões de reais, ambos em São Luís.

Tabela 23 - Investimentos em Andamento e Planejados no Estado do Maranhão (R\$ Mil) 2010 a 2016

Segmento	Projeto	Empresas	Valor Estimado (R\$ Mil)	% do Total	Empregos		Total Empregos
					Implantação	Operação	
Petroquímica	Refinaria Premium I.	PETROBRAS	37.000.000	34,5	130.500	1.500	132.000
Logística	Prolongamento e duplicação da ferrovia Carajás, ampliação do Terminal Ferroportuário de Ponta da Madeira, construção do píer IV da VALE. Ferrovia Norte-Sul, duplicação da BR-135, Terminal Portuário do Mearim e Construção de Estaleiro Naval.	VALE, VALEC, EMAP, PAC, Aurizonia e Grupo Atlântica.	19.259.000	18,0	5.200	1.062	6.262
Geração e distribuição de energia	UHE Estreito, UTE Itaqui, UTE Geranorte, transmissão de energia elétrica, Produção de Etanol e Biodiesel, Termelétrica 1863 MW, Prospecção de Gás e Petróleo, Pesquisa Gás e Petróleo, Exploração e Comercialização, Exploração e Comercialização de Gás e Produção de Biocombustíveis.	CESTE, MPX, OGX, CEMAR/SUDENE, Governo Federal, GERANORTE, Gasmar e Prio Extração e Logística.	16.296.000	15,2	14.700	2.980	17.680
Minero-metalúrgico	Gusa Nordeste Aciaria, Beneficiamento de Alumínio, rodas de alumínio, Processamento de Alumínio e Siderurgia.	FERROESTE, Grupo Brasil/Alujet, Brascopper e GSM-Aurizonia.	11.790.000	11,0	7.250	8.890	16.140
Reflorestamento, Papel e Celulose	Suzano Papel e Celulose, Reflorestamento.	Suzano Papel e Celulose.	4.956.000	4,6	8.000	3.500	11.500
Açúcar e Álcool, Biodiesel e Óleos Especiais	Complexo Sucroalcooleiro, Cana de Açúcar, Biodiesel.	Empresa G5 e TG Agroindustrial.	400.000	0,4	5.200	2.800	8.000
Construção civil - imobiliário	PAC Rio Anil, bloco estrutural.	Governos Federal e Estadual	313.300	0,3	8.000	-	8.000
Indústria de alimentos e bebidas	Massas, Biscoitos, Bebidas, Laticínios, Frigorífico, Carnes e Embutidos.	AMBEV e Schincariol	264.000	0,2	1.386	359	1.745
Extrativismo	Exploração de ouro	Jaguar	500.000	0,5	1.180	2.700	3.880
Cadeia da Soja	Esmagadora de soja, Avicultura.	ALGAR; Notaro Alimentos.	184.000	0,2	2.720	1.340	4.060
Química	Fertilizantes, Fármacos tancagem e Derivação de Petróleo.	Granel Química e Oleama-Rosatex	65.000	0,1	-	150	150
Comércio	Expansão Supermercado Mateus, Construção Atacadão Carrefour, Centro de distribuição Maciel	Mateus, Carrefour e Maciel	1.084.000	1,0	7.150	4.819	11.969
Produção de sementes, fruticultura	Sementes de Pastagem, Fruticultura.		0	0,0	450	300	750
Governo Estadual (Saúde, Educação, etc)	Saúde, infra-estrutura, educação, etc (orçam. previsto até 2013)		15.000.050	14,0	-	-	-
Fábricas	Pesquisas minerais, movelaria, couro, fabricação de máquinas e usinagem.		122.000	0,1	358	703	1.061
Total	-	-	107.233.350	100,0	192.094	31.103	223.197

Fonte: IMESC/SEPLAN

OBS. O valores relativos aos diversos empreendimentos foram obtidos a partir de informações das empresas, apresentações oficiais e notícias em jornais e revistas. Os empregos diretos e indiretos, quando não mencionados diretamente, foram estimados pelos autores a partir de correlações com empreendimentos de natureza similar.

Os demais setores apresentaram pouca variação, destacando-se o Governo Estadual com um orçamento de mais de 11 bilhões de reais para custear educação, saúde e infraestrutura neste e nos próximos dois anos. Dentro da categoria outros, houve a inserção do setor extrativista tendo como principal representante a Jaguar

com um investimento de 500 milhões para exploração de ouro em Centro Novo do Maranhão, com possibilidade de geração de 3.800 empregos. A categoria comporta, também, o setor sucroalcooleiro, no qual a TG Agro Industrial anunciou um investimento de 400 milhões para a ampliação do complexo agroindustrial de Aldeias Altas, o que poderá gerar mais de 8.000 empregos diretos e indiretos.

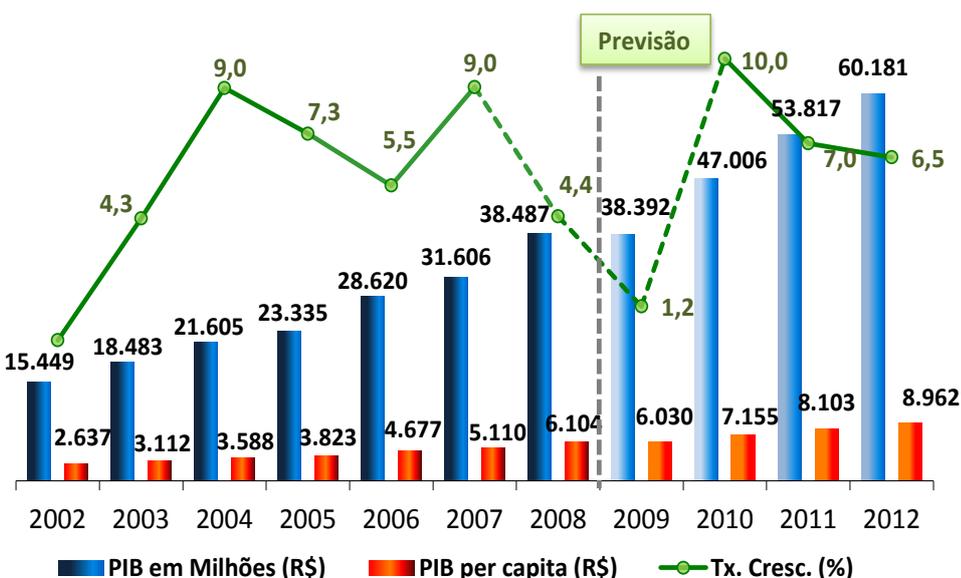
3.1.8 Produto Interno Bruto

Em 2011 o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Maranhão deverá registrar crescimento real de 7,0%

Em 2011 a economia maranhense deverá registrar uma taxa de crescimento real de 7,0%, explicada em grande medida pelo dinamismo dos setores de construção civil, Comércio e serviços.

A forte aceleração na taxa de investimentos no Estado constitui-se outro fator expansivo, perceptível a partir dos importantes efeitos observados no mercado de trabalho e na geração de oportunidades de negócios.

O cenário de maior instabilidade financeira projetado para os próximos trimestres deverá repercutir em um menor patamar das cotações de *commodities* agrícolas e minerais e também um ritmo menos acelerado na concretização dos novos investimentos. Prevemos um crescimento de 7,0% do PIB Maranhense em 2011 e 6,5% em 2012.



PIB do Maranhão a Preços de Mercado Correntes					
ANO	PIB em Milhões (R\$)	Tx. Cresc. (%)	IGP-DI (% a.a.)	População	PIB per capita (R\$)
2002	15.449	-	26,4	5.858.618	2.637
2003	18.483	4,3	7,7	5.940.079	3.112
2004	21.605	9,0	12,1	6.021.742	3.588
2005	23.335	7,3	1,2	6.103.327	3.823
2006	28.620	5,5	3,8	6.118.995	4.677
2007	31.606	9,0	7,9	6.184.538	5.110
2008	38.487	4,4	9,1	6.305.539	6.104
2009	38.392	1,2	-1,4	6.367.138	6.030
2010	47.006	10,0	11,3	6.569.683	7.155
2011	53.817	7,0	7,0	6.641.950	8.103
2012	60.181	6,5	5,0	6.715.011	8.962

Gráfico 17 - PIB do Estado do Maranhão a Preços de Mercado Correntes (Série 2002 – 2008 e Projeções para 2009 a 2012)

Fonte: IMESC/IBGE

3.2 Mercado de Trabalho

3.2.1 Empregos Formais (CAGED)

Mercado de trabalho maranhense registra fraco desempenho no primeiro semestre de 2011, em grande parte devido ao desempenho da construção civil

O primeiro semestre de 2011 registrou contratações líquidas inferiores ao mesmo período do ano passado. A análise da **Tabela 24** permite concluir que o mercado de trabalho maranhense mostra sinais de arrefecimento, principalmente, nos setores de **Construção Civil** e **Serviços**, em comparação com 1º semestre de 2010 e de 2011. Por outro lado, a Agropecuária, foi o setor que mais gerou postos de emprego formal no 1º semestre de 2011 (saldo líquido de +3.698).

Tabela 24 – Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Maranhão de 2008 a 2011

Subsetores IBGE	Estoque 2008	Estoque 2009	Estoque 2010	1º Sem 2009	1º Sem 2010 (a)	1º Sem 2011 (b)	Varição Absoluta (b - a)
Extrativa mineral	205	209	1.649	74	76	75	-1
Indústria de Transformação	7.516	7.570	35.947	-861	2.223	1.868	-355
Indústria de produtos minerais não metálicos	359	370	7.331	-200	98	50	-48
Indústria metalúrgica	747	721	5.031	-1.206	394	635	241
Indústria da madeira e do mobiliário	440	433	2.646	-309	240	-126	-366
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares	307	301	1.245	-40	103	-12	-115
Ind. química de prod.s farmacêuticos, veterinários	716	730	5.329	347	-106	1.637	1.743
Indústria de Alimentos	1.786	1.857	8.861	565	1.453	-307	-1.760
Outras Indústrias	3.162	3.158	5.504	-18	41	-9	-50
SIUP¹	375	385	6.400	152	64	145	81
Construção civil	1.915	2.132	59.688	-3.677	6.833	-5.839	-12.672
Comércio	7.324	7.693	118.404	-169	3.297	716	-2.581
Comércio varejista	6.108	6.420	98.614	-766	2.622	491	-2.131
Comércio atacadista	1.216	1.273	19.790	597	675	225	-450
Serviços	12.581	13.235	141.667	-2.366	4.241	2.416	-1.825
Transportes e comunicações	2.016	2.111	24.011	-1.854	654	1.060	406
Serv. de aloj., aliment., reparação, manut., redação	3.312	3.461	40.684	-1.006	1.422	-2.128	-3.550
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.291	1.395	14.368	463	117	644	527
Outros serviços	5.962	6.267	62.604	31	2.048	2.840	792
Administração Pública	8.310	8.764	254.976	243	-33	-153	-120
Agropecuária	1.420	1.428	17.894	-1.511	1.739	3.698	1.959
Total	39.442	41.208	636.625	-8.115	18.440	2.926	-15.514

Fonte: CAGED/MTE

¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública

A Construção Civil foi à grande surpresa dos resultados, passou de carro chefe de contratações líquidas, no 1º semestre de 2010 (+6.833), para o setor responsável por parte majoritária da destruição de empregos formais, no primeiro semestre de 2011 (demissões líquidas de -5.839 postos de trabalho formal). Fatores como a conclusão de conjuntos e edifícios residenciais, de obras de infra-estrutura e o período de chuvas mais prolongado figuram entre os determinantes do saldo líquido negativo registrado no setor (**Tabela 25**).

Tabela 25 - Evolução no Mercado de Trabalho Maranhense do Setor de Construção Civil nos Anos de 2009 a 2011 – Ordem Decrescente de Contratações em 2011

CONSTRUÇÃO CIVIL	2009	2010	1ºsem 2009	1ºsem 2010 (a)	1ºsem 2011 (b)	(b - a)
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de ar	-2.473	3.810	-2.700	555	1.375	820
Incorporação de empreendimentos imobiliários	474	650	217	530	171	-359
Obras de acabamento	31	23	-22	6	93	87
Demolição e preparação do terreno	62	-257	-11	-139	40	179
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em const	-1.252	939	-419	765	-543	-1.308
Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicação	1.809	-3.841	1.471	473	-719	-1.192
Outros serviços especializados para construção	60	177	-42	156	-1.179	-1.335
Construção de outras obras de infraestrutura	-4.382	1.142	-2.262	1.048	-1.714	-2.762
Construção de edifícios	2.118	5.075	308	3.969	-3.192	-7.161
Total	-4.027	7.068	-3.677	6.833	-5.839	-12.672

Fonte: CAGED/MTE

Em 2011, Serviços foi o setor responsável por + 2.416 contratações líquidas contra + 4.241 no mesmo período de 2010, uma diferença de - 1.825 (2011 menos 2010). De fato, esse menor resultado em 2011 é explicado pela dependência do setor de Serviços, em relação aos demais setores que registraram queda em contratações, especialmente a Construção Civil.

Tabela 26 - Evolução no Mercado de Trabalho Maranhense do Setor de Serviços nos Anos de 2009 a 2011- Cinco Maiores e Cinco Menores Contratações.

SERVICOS	2009	2010	1ºsem 2009	1ºsem 2010 (a)	1ºsem 2011 (b)	(b - a)
Transporte ferroviário e metroferroviário	-255	570	-183	231	1.022	791
Serv. de arquitetura e engenharia e ativ. técnicas relacionadas	-52	662	-239	218	555	337
Intermediação monetária depósitos à vista	52	178	46	55	502	447
Educação infantil e ensino fundamental	54	29	121	164	354	190
Locação de meios de transporte sem condutor	2	-43	-3	-49	291	340
Agências de viagens e operadores turísticos	-48	16	4	-2	-87	-85
Administração do estado e da política econômica e social	78	-54	241	-25	-148	-123
Serv. de catering, bufê e outros serv. de comida preparada	-435	276	-36	48	-419	-467
Ativ. de associações de defesa de direitos sociais	-918	400	190	345	-1.014	-1.359
Atividades de limpeza	-541	694	-489	541	-1.696	-2.237
Total	-2.045	8.558	-2.366	4.241	2.416	-1.825

Fonte: CAGED/MTE

As atividades que tiveram maior peso no resultado do setor de Serviços, no primeiro semestre deste ano, foram atividades de limpeza (-1696), atividades de associações de defesa de direitos sociais (-1.014) e serviços de catering (-419), como mostra a **Tabela 26**. Em relação aos serviços de *catering*, os municípios de Pindaré Mirim (-190) e Estreito (-121) foram os dois municípios de maior peso. Em se tratando das atividades de limpeza e das atividades de associações de defesa de direitos sociais, São Luís foi o município que teve maior impacto no saldo, com (-1.760) e (-1.022), respectivamente.

A **Tabela 27** traz a análise do mercado de trabalho no âmbito municipal. Os municípios com maiores contratações líquidas no primeiro semestre de 2011 foram: Açailândia (+2.125), São Raimundo das Mangabeiras (+1.218) e Campestre do Maranhão (+1.132). Em Açailândia e Campestre do MA, o setor que mais impulsionou o bom resultado foi o da Agropecuária, no primeiro município o destaque foi o segmento *Atividades de apoio à produção florestal plantada* (+1.555) e, no segundo a *Produção de lavouras temporárias* (+1.044). Em São

Raimundo das Mangabeiras, foi o setor da Indústria de Transformação (+1.193) que mais contratou, mais especificamente, o segmento de *Fabricação de biocombustíveis* (+1.195).

Tabela 27 – Mercado de Trabalho – 15 Maiores e 10 Menores Contratações Líquidas Segundo Subsetores de Atividade, por Municípios Maranhenses no 1º Semestre de 2011

Municípios	Extr. Mine-ral	Indústria de transformação						SIUP ¹	Const. Civil	Comércio			Servi-ços	Adm. Pública	Agrope-cuária	Total
		Min Nao Met	Meta-lurgica	Mecâ-nica	Alim.e Bebidas	Outras	Total			Vare-jo	Ata-cado	Total				
Maranhão	72	36	501	39	-307	1.535	1.868	145	-5.839	491	225	716	2.416	-153	3.698	2.926
Acailândia	0	0	311	30	42	30	413	1	-79	-10	4	-6	282	0	1.514	2.125
São Rdo das Mangab.	-3	0	0	0	-1	1.194	1.193	37	0	11	3	14	-19	0	-4	1.218
Campestre do MA	0	-5	0	10	1	74	85	0	0	2	0	2	-2	0	1.047	1.132
Imperatriz	7	-2	2	3	-111	-15	-121	-11	-202	414	-140	274	508	0	536	991
Porto Franco	-17	-6	0	0	1	-6	-5	-1	244	27	41	68	25	-2	317	629
Barra do Corda	0	35	0	0	0	34	34	-1	216	65	1	66	62	0	41	418
São José de Ribamar	0	6	31	0	10	20	61	-14	-241	-14	12	-2	567	0	1	372
Cidelândia	0	0	0	0	2	0	2	0	0	3	0	3	-4	0	316	317
Codo	0	36	0	-2	1	168	167	0	-16	17	13	30	8	0	10	199
Aldeias Altas	0	0	0	0	0	160	160	0	0	0	0	0	0	0	2	162
Bacabeira	10	59	80	0	0	60	140	0	3	-2	-1	-3	8	0	1	159
Timon	0	19	-8	0	10	16	18	-8	52	40	-12	28	70	0	-2	158
Tasso Fragoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	9	-4	0	139	144
Caxias	0	21	0	-7	-10	30	13	-3	-51	64	42	106	11	0	-7	69
Presidente Dutra	0	2	0	-3	0	8	5	-3	-10	58	-2	56	17	0	1	66
Barreirinhas	0	0	0	0	1	0	1	0	-106	-8	-1	-9	-6	0	11	-109
Santa Ines	0	-3	-2	0	19	12	29	-4	16	-16	-29	-45	61	-142	-24	-109
Paco do Lumiar	0	1	0	0	-2	-22	-24	9	5	-8	-15	-23	-90	0	13	-110
Buriticupu	0	-1	0	0	0	-145	-145	0	20	10	-9	1	6	0	4	-114
Brejo	0	0	0	0	0	0	0	0	-140	2	0	2	2	0	3	-133
Urbano Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	14	2	0	-164	-148
Coelho Neto	0	-1	0	5	2	-1	6	-1	-1	20	-5	15	3	0	-183	-161
Santa Luzia	0	0	0	0	0	3	3	0	-178	-37	0	-37	-3	0	-10	-225
Estreito	5	-17	0	0	-122	-11	-133	4	-1.050	-16	0	-16	-19	0	17	-1.192
São Luís	3	14	134	-34	26	37	163	154	-3.517	-91	244	153	569	36	-60	-2.499

Fonte: CAGED/MTE

¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública

Com os piores resultados do Estado estão os municípios de São Luís (-2.499) e Estreito (-1.192), ambos com significativas perdas no setor da Construção Civil. Em São Luís, os segmentos com maiores demissões líquidas foram: *Outros serviços especializados para construção* (-1.079) e *Construção de outras obras de infra-estrutura* (-1.441). Em Estreito, os segmentos que mais demitiram liquidamente foram: *Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte* (-751) e *Construção de outras obras de infra-estrutura* (-211).

3.3 Comércio Exterior

3.3.1 Balança Comercial

Pode-se observar no **Gráfico 18** abaixo, que ocorreu uma verdadeira explosão das importações maranhenses entre os anos de 2006 e 2010. Apesar da sensível recuperação do saldo da balança comercial no ano 2009 (em grande parte decorrente da redução do preço dos combustíveis, grupamento responsável no período por cerca de 85% do valor das importações do Estado), em 2010 ela praticamente manteve-se no mesmo patamar.

Os últimos doze meses indicam que as importações superaram as exportações em 1.654 milhões, um crescimento do déficit comercial do Estado da Ordem de 84,4%, entre dezembro de 2010 e junho de 2011.

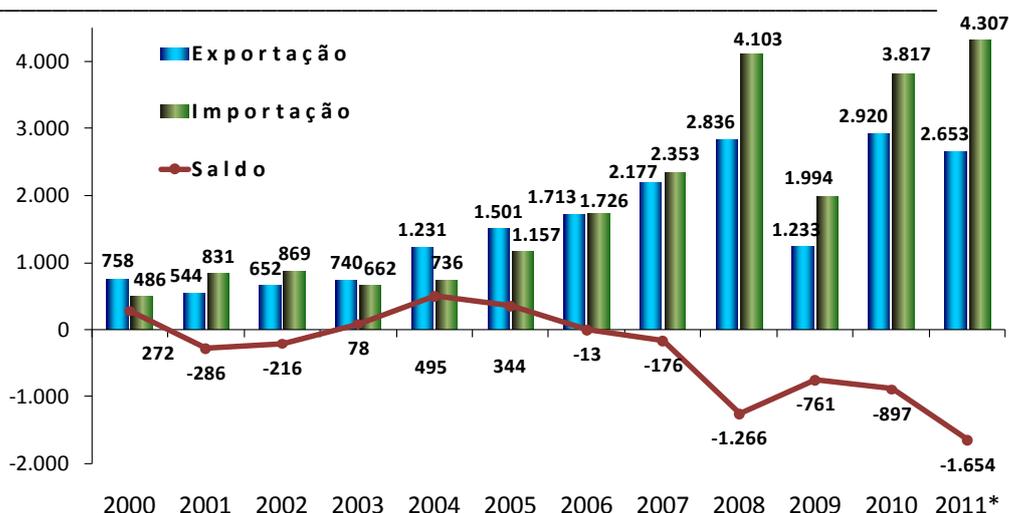


Gráfico 18 - Balança Comercial do Estado do Maranhão (em US\$ Milhões)

Fonte: MDIC *Jun/10 a Maio/11

Tabela 28 – Evolução da Corrente de Comércio Exterior do Estado do Maranhão

Ano	Exportação	% a.a.	Importação	% a.a.	Corrente de comércio	% a.a.
2001	544.348	-28,2	830.524	70,8	1.374.872	10,5
2002	652.387	19,8	868.611	4,6	1.520.998	10,6
2003	739.802	13,4	661.799	-23,8	1.401.601	-7,8
2004	1.231.094	66,4	735.732	11,2	1.966.826	40,3
2005	1.501.053	21,9	1.156.716	57,2	2.657.769	35,1
2006	1.712.702	14,1	1.725.869	49,2	3.438.571	29,4
2007	2.177.155	27,1	2.353.140	36,3	4.530.295	31,7
2008	2.836.303	30,3	4.102.751	74,4	6.939.054	53,2
2009	1.232.814	-56,5	1.993.739	-51,4	3.226.553	-53,5
2010	2.920.267	136,9	3.816.864	91,4	6.737.131	108,8
2010*	2.920.268	-	3.816.932	-	6.737.200	-
2011*	1.093.093	-19,6	1.900.074	34,8	2.993.167	8,1
Média 00-10	1.482.379	23,6	1.702.909	32,0	3.185.288	25,4

Fonte: MDIC * jan-maio 2011

Uma análise da evolução da corrente de comércio do Estado (volume de exportações + importações) mostra que essa registrou uma expansão de 25,4% ao ano, em média no período de 2000 a 2010. No período, a tendência deficitária se manifesta com clareza – enquanto as exportações se expandiram em média ao ritmo de 23,6% a.a., as importações registraram crescimento de 32,0% a.a.

Nos cinco primeiros meses de 2011, a corrente de comércio expandiu-se 8,1%, mas com expressiva redução no valor das exportações (-19,6%) e uma explosão no valor das importações (+ 34,8%).

3.3.2 Exportações

Do ponto de vista das exportações, a Balança comercial maranhense mostra-se bastante concentrada em três produtos: ferro, alumínio e soja, que perfizeram em média 95,3% do valor e 98,5 % da quantidade das exportações no período entre 2009 e 2011, de acordo com a **Tabela 29**.

A **Tabela 29** indica que está ocorrendo uma substituição do *minério de ferro não aglomerado*, um produto de menor valor agregado, por *ferro fundido bruto* e *minério de ferro aglomerado*, que contêm maior agregação de valor. A quantidade total exportada registrou acentuada diminuição de 80% em relação ao mesmo período de 2010 e, ao mesmo tempo, houve elevação do preço médio do *ferro fundido bruto* e do *minério de ferro aglomerado*. Para o mesmo período de comparação, o complexo do alumínio registrou crescimento de 33,4% no valor das exportações e 53,3% no *quantum* exportado, as exportações de soja tiveram crescimento de 55,8% no valor exportado e de 31,8% no *quantum*.

No complexo do alumínio, registra-se tendência inversa ao observado no complexo ferro – uma tendência à diminuição do valor agregado. A *alumina calcinada* registra participação cada vez maior nos embarques do

complexo, conforme se pode ver na **Tabela 29** – o produto representou 68,4% dos embarques em 2008, 76,8% em 2009, 92,4% no ano de 2010 e, no acumulado de 2011, registrou 97,1% da quantidade.

Tabela 29 - Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$ Milhões), Quantidade (Em 1000 Ton.) e Crescimento (% a.a)

Categoria de Produtos	2008		2009		2010		*2010		*2011		*Cresc 11/10 (%)	
	US\$	Kg(%)	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg
Total	2.836	10.001	1.233	3.378	2.920	24.300	1.360	18.283	1.093	3.679	-19,6	-79,9
Complexo ferro	52,3	81,4	398,4	1.625,6	1.709,2	21.506,2	953,5	17.394,7	547,2	2.442,8	-42,6	-86,0
Complexo alumínio	29,8	8,1	382,6	713,6	698,6	1.648,4	278,1	606,1	371,0	929,4	33,4	53,3
Complexo Soja	15,1	9,3	379,9	922,0	412,1	1.041,8	77,8	213,7	121,3	281,6	55,8	31,8
Outros	0,6	0,3	72,0	117,0	100,4	103,2	50,9	68,6	53,6	25,0	-5,0	-63,5
Complexo Ferro - Total e Participação no Complexo	1.484	8.145	398	1.626	1.709	21.506	953	17.395	547	2.443	-42,6	-86,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Minerios de ferro aglomerados e seus concentr	44,7	79,5	23,1	52,1	40,7	20,4	9,0	4,2	61,8	82,2	294,1	177,8
Ferro fundido bruto nao ligado,c/peso<=0.5% d	55,3	20,5	76,9	47,9	13,9	2,7	10,4	1,5	38,2	17,8	110,7	61,5
Minerios de ferro nao aglomerados e seus conc	0,0	0,0	0,0	0,0	45,3	76,9	80,6	94,3	0,0	0,0	-100	-100
Complexo Alumínio - Total e Participação no Complexo	845	805	383	714	699	1.648	278	606	371	929	33,4	53,3
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Alumina calcinada	21,5	68,4	32,0	76,8	60,4	92,4	55,0	90,8	81,4	97,1	97,5	63,9
Aluminio nao ligado em forma bruta	39,4	16,7	51,3	18,3	29,9	5,8	31,6	6,6	14,9	2,4	-37,3	-44,5
Ligas de aluminio em forma bruta	39,1	14,9	16,7	4,8	9,7	1,7	13,4	2,6	3,8	0,5	-62,7	-69,4

Fonte: MDIC *jan-maio

Tabela 30 – Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2005 a 2011*(Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010*	2011*
Total	1.501	1.713	2.177	2.836	1.233	2.905	1.303	1.093
	100,0							
EUA	29,8	27,3	22,6	27,2	23,6	8,6	4,4	20,7
Canadá	3,1	2,3	0,3	0,5	3,5	4,6	7,9	9,5
Japão	1,6	2,1	5,1	7,1	1,6	13,7	30,0	8,9
Itália	5,0	1,8	2,1	2,0	1,0	5,9	3,7	8,3
Islândia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	2,7	7,5
China	13,4	13,3	15,2	16,8	16,7	18,4	0,1	7,4
Áustria	1,8	2,1	2,7	2,2	2,8	4,2	9,9	6,2
Argentina	2,7	2,4	4,1	2,8	2,0	3,0	0,1	5,2
Países Baixos	13,3	13,9	14,2	9,2	9,8	4,0	0,8	3,5
Noruega	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	2,7	3,4
Outros	29,3	34,9	33,7	32,2	39,1	32,1	37,7	19,4
Por Blocos								
Amer. do Norte	34,0	30,8	24,4	29,7	28,7	14,5	17,5	30,4
Outros	14,5	4,8	1,0	2,9	6,1	19,9	4,7	24,3
Europa	32,2	42,2	46,1	36,6	40,1	25,0	13,6	19,5
Ásia	15,8	16,3	21,1	25,4	19,8	35,9	35,8	19,3
Amer. do Sul	3,5	6,0	7,4	5,4	5,5	4,7	28,5	6,6

FONTE: MDIC *jan-maio

Nos cinco primeiros meses de 2011, a América do Norte foi o destino de 30,4% do total exportado pelo Maranhão, contra 17,5% no mesmo período de 2010; em especial, os EUA registraram participação significativa ao perfazer 20,7% das exportações do Estado, em 2011, também o Canadá assume posição de destaque, ao representar 9,5%.

Uma análise da **Tabela 30**, que mostra a composição da pauta de exportações maranhenses por destino, permite concluir que as exportações maranhenses mostraram sinais de diversificação em relação ao destino nos últimos seis anos.

No período de 2005 a 2010, a participação dos países asiáticos elevou-se da terceira para a primeira posição como destino das exportações maranhenses, em detrimento da participação da Europa e dos EUA. Nos primeiros cinco meses de 2011, os EUA, o Canadá, o Japão, a Itália, a Islândia e a China destacaram-se como os principais países de destino para as exportações Maranhenses.

Em 2007, a Europa seguia como continente mais importante para as exportações do Maranhão devido à participação em 46,1% das exportações do Estado, em 2010 essa relação caiu para 25%. Comparando a participação do continente em 2011 (19,5%) com o mesmo período de 2010 (13,6%), percebe-se avanço, apesar das crises fiscais em países da União Européia. Ressalta-se que, alguns países estão ganhando posições, dentre eles a Itália (8,3%) e Islândia (7,5%). Na América do Sul, a Argentina demonstra recuperação na pauta das exportações maranhenses.

3.3.3 Importações

A Tabela 31 mostra o notável aumento de 34,8% das importações maranhenses em 2011 (comparado com o mesmo período de 2010), graças principalmente ao câmbio valorizado no Brasil. O ano de 2011 tende a superar as importações de 2010, que chegaram a US\$ 3,8 bilhões.

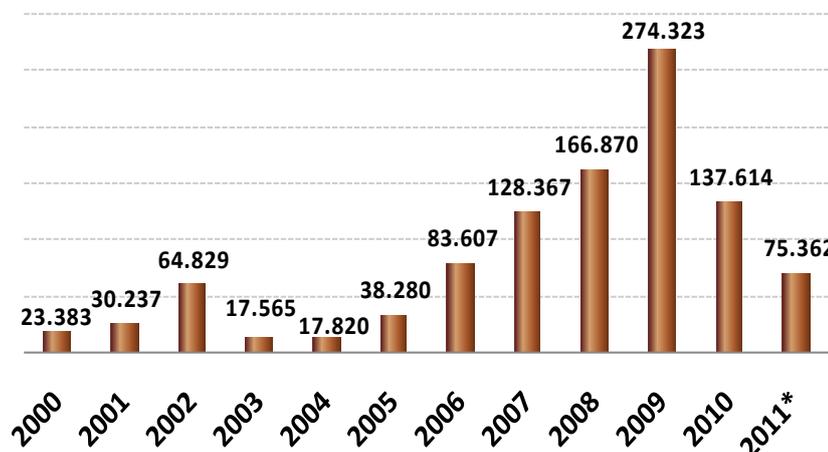
Tabela 31 – Evolução da Pauta de Importações do Estado do Maranhão dos Anos de 2009 a 2011 (Composição em US\$ Milhões e Crescimento em %)

CATEGORIA	2009		2010		2010*		2011*		Cresc 10/09	Cresc 11/10
	UU\$	%	UU\$	%	UU\$	%	UU\$	%		
Total	1.993,7	100,0	3.816,9	100,0	1.409,8	100,0	1.900,1	100,0	91,4	34,8
Bens de Capital	274,3	13,8	137,6	3,6	50,2	3,6	75,4	4,0	-49,8	50,2
Bens de Capital (Exc. Equip.de Transp. Uso	215,4	10,8	90,5	2,4	20,7	1,5	26,6	1,4	-58,0	28,7
Equipamentos de Transporte de Uso Ind.	58,9	3,0	47,1	1,2	29,5	2,1	48,7	2,6	-20,0	65,2
Bens Intermediários	366,1	18,4	402,2	10,5	105,7	7,5	211,6	11,1	9,9	100,2
Alimentos e Bebidas Destinados à Industria	26,0	1,3	25,9	0,7	8,8	0,6	14,8	0,8	-0,4	68,4
Insumos Industriais	335,8	16,8	370,0	9,7	95,6	6,8	189,7	10,0	10,2	98,5
Pecas e Acess. Equip. de Transporte	4,4	0,2	5,3	0,1	1,3	0,1	7,1	0,4	20,6	436,3
Bens Diversos	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bens de Consumo	32,9	1,7	69,2	1,8	19,2	1,4	17,1	0,9	110,6	-11,3
Bens de Consumo Duráveis	1,5	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,7	0,0	-68,3	829,3
Bens de Consumo Não Duráveis	31,4	1,6	68,8	1,8	19,2	1,4	16,3	0,9	118,9	-14,7
Combustíveis e Lubrificantes	1.320,5	66,2	3.207,9	84,0	1.234,7	87,6	1.596,0	84,0	142,9	29,3

Fonte: MDIC

* jan-maio

No acumulado até maio deste ano, os bens intermediários somaram US\$211,6 milhões, indicando 11,1% do total importado e crescimento de 100,2 % comparando com o mesmo período de 2010, com destaque para a importação de insumos industriais que registraram crescimento de 98,5% e, representaram cerca de 90% das importações de bens intermediários no período. Os combustíveis e lubrificantes, que representam em 2011, 87,6% do valor total exportado registram crescimento de 29,3%, em relação ao mesmo período do ano passado.



Os bens de capital cresceram 50,2%, ao mesmo tempo em que aumentaram sensivelmente sua participação na pauta de importação (3,6% de janeiro a maio de 2010 contra 4% em 2011). Vale ressaltar que, entre os bens de capital, os equipamentos de transporte de uso industrial tiveram a maior participação dentro dos bens de capital, com 2,6% em 2011.

Gráfico 19 - Importação de Bens de Capital - 2000 a 2011 (Em US\$ Mil)

Fonte: MDIC *Jan-Mai

Tabela 32 – Composição da Pauta de Importações do Maranhão por Origem de 2005 a 2011/*(Total em Milhões e Participação dos Países no Total

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Total	1.157	1.726	2.353	4.103	1.994	3.782	1.883
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 Índia	41,2	28,4	22,7	24,1	21,6	17,4	29,7
2 EUA	16,9	17,6	11,8	18,3	14,5	36,7	26,9
3 Aruba	7,4	6,2	10,8	7,1	5,9	-	5,9
4 Holanda	0,2	2,8	6,7	3,7	2,4	5,3	5,8
5 Japão	0,1	0,4	2,4	0,1	0,8	2,5	4,2
6 Kuwait	2,7	2,0	2,4	3,6	3,1	0,9	4,1
7 Bahamas	-	2,1	-	5,0	7,6	0,6	3,0
8 Áustria	0,1	0,2	-	0,9	0,6	1,7	2,6
9 Emir. Árabes	2,3	5,9	2,4	3,0	0,9	-	1,9
10 Alemanha	0,7	2,5	0,7	0,6	1,0	1,1	1,4
11 Argentina	-	-	-	-	-	0,8	1,2
12 Cingapura	-	-	2,7	2,0	6,1	3,2	1,2
13 Israel	5,5	4,7	-	0,0	1,7	1,9	1,1
14 Colômbia	0,9	0,7	1,2	1,4	0,6	0,6	1,1
15 Rússia	0,2	0,3	6,4	19,2	0,6	1,3	0,8
Outros	21,9	26,2	29,9	11,0	32,7	26,3	9,2

FONTE: MDIC *jan-mai

No que se refere aos países de origem das importações maranhenses, pode-se dizer que no período de 2005 a 2010 ocorreu aumento na participação dos EUA, da Índia, da Holanda e do Japão. Destaca-se que, no acumulado de 2011, os principais países de origem das importações maranhenses foram: Índia (29,7%) e EUA (26,9%).

3.3.4 Preços

O Gráfico 20 mostra que os preços médios dos principais produtos estão retomando as marcas alcançadas antes da crise mundial de 2008, cujos principais efeitos de impactos foram registrados em 2009.

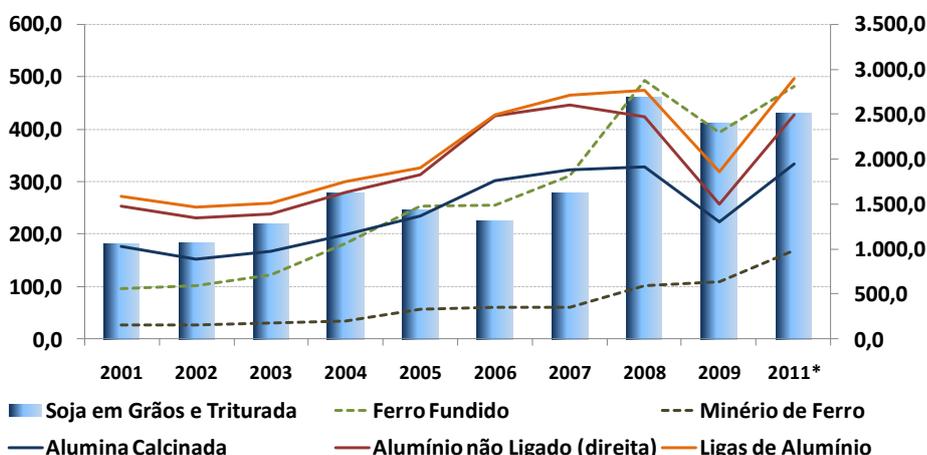


Gráfico 20 – Preço Médio Anual dos Principais Produtos Exportados pelo Maranhão (US\$/KG)

Fonte: MDIC *Jan-Mai

3.4 Finanças Públicas

3.4.1 Receitas

Receitas do Estado do Maranhão seguem em crescimento

No que se refere às receitas do Estado do Maranhão, registrou-se já no primeiro semestre de 2011 uma taxa de expansão real de 14,2%, em relação ao primeiro semestre de 2010. Essa taxa torna-se bastante significativa quando se observa que no ano de 2010 o crescimento foi de apenas 4,3%. Esse crescimento, no

primeiro semestre de 2011, contou favoravelmente com a elevação real das Receitas Correntes de 14,6% e com as Transferências Correntes de 19,1%; no ano de 2010, essas rubricas cresceram apenas 7,0% e 1,9%, respectivamente. A expansão das Transferências Correntes deve-se, em grande parte, à recomposição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), após o término das adotadas políticas de isenção de IPI para vários produtos industriais, por ocasião da crise externa iniciada em 2008.

É importante salientar que o crescimento das Receitas Próprias no 1º sem/11 foi 14,6%, o que permitiu a melhoria dos indicadores de dependência fiscal, de 41,0% no 1º sem/10 para 38,9% em 2011, conforme observado na **Tabela 33**, abaixo.

Tabela 33 - Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2004 a 2011* (Valores em Mil Reais Inflationados pelo INPC Acumulado até Jun/11)

Ano	Receitas Totais (a)	Receitas Correntes	Receitas Próprias (b)	Receita Tributária	ICMS (c)	Transf. Correntes (d)	Transf. de Capital	(b / a) (%)	(c / a) (%)	(d / a) (%)
2004	4.975.818	5.496.461	1.823.154	1.939.993	1.660.954	3.127.951	24.713	36,6	33,4	62,9
2005	5.819.232	6.451.111	2.131.289	2.225.013	1.931.683	3.669.801	18.142	36,6	33,2	63,1
2006	7.392.821	7.343.981	3.468.330	2.648.968	2.335.922	3.892.468	32.023	46,9	31,6	52,7
2007	8.033.345	8.006.246	3.749.277	2.821.921	2.437.721	4.275.499	8.568	46,7	30,3	53,2
2008	7.294.862	7.210.136	3.014.018	2.807.071	2.460.324	4.267.069	13.775	41,3	33,7	58,5
2009	8.839.048	8.377.713	3.740.754	3.240.238	2.753.805	4.957.470	140.824	42,3	31,2	56,1
2010	9.221.450	8.966.641	4.143.868	3.597.832	3.036.646	5.049.520	28.061	44,9	32,9	54,8
1ºsem/10	4.493.851	4.470.301	1.843.985	1.752.035	1.451.484	2.627.155	22.710	41,0	32,3	58,5
1ºsem/11	5.133.110	5.121.890	1.998.045	1.904.296	1.571.517	3.129.845	5.219	38,9	30,6	61,0
% ao ano								Média		
2004 a 2010	10,8	8,5	14,7	10,8	10,6	8,3	2,1	42,2	31,2	56,9
2010 / 2009	4,3	7,0	10,8	11,0	10,3	1,9	-80,1	-	-	-
2011 / 2010*	14,2	14,6	8,4	8,7	8,3	19,1	-77,0	-	-	-

Fonte: Portal da Transparência do Estado do MA; *1º Semestre

Ultrapassados os efeitos depressivos da crise 2008-2009, que desapareceram da base de comparação a partir do último trimestre de 2010, a taxa de crescimento real anual da arrecadação de ICMS vem sustentando um patamar de expansão próximo a 10% a.a. No trimestre finalizado em maio de 2011, todavia, o crescimento real foi de 7,5% contra o mesmo período no ano anterior, o menor desde abril de 2010, como mostra o **Gráfico 21**.

Desde o início do ano de 2011, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado do Maranhão vem crescendo continuamente, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

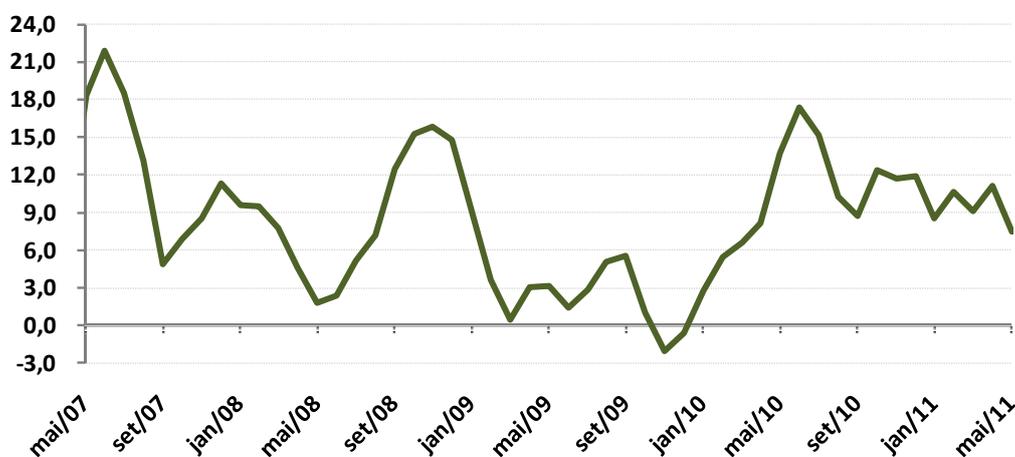


Gráfico 21 – Arrecadação de ICMS no Maranhão Mai/07 a Mai/11 (Variação Real do Trimestre Encerrado no Mês Sobre o Mesmo Tri do Ano Anterior – Inflationado Pelo INPC, Em % ao Ano

Fonte : Confaz

A composição setorial do ICMS maranhense (no acumulado de 12 meses encerrado em mai/11) mostra que o Setor Terciário corresponde a 45,0% do total arrecadado, enquanto que o Petróleo e Combustíveis correspondem a 27,9%, o Setor Secundário 17,3%, Energia a 9,5% e o Setor Primário a 0,3%. Dentro do Setor Terciário, os segmentos com maior participação são o *Atacado* (15,4%) e o *Varejo* (13,6%).

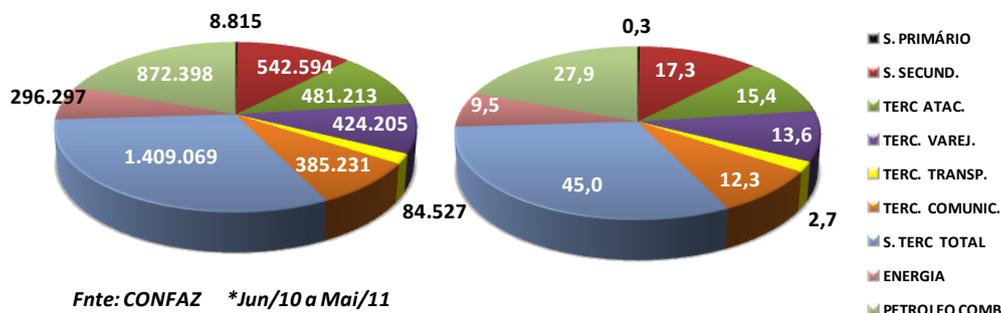


Gráfico 22 - Composição Setorial da Arrecadação do ICMS no Estado do Maranhão no Ano de 2011* (Em R\$ Mil - Valores Inflacionados pelo INPC - e em %)

Fonte: Confaz

Em termos de crescimento, a arrecadação do ICMS maranhense teve um desempenho negativo no mês de mai/11 (-5,9%) tanto comparado com o mês anterior, quanto comparado com o mesmo mês do ano anterior (-0,7%). Todavia, no acumulado de doze meses o crescimento real chegou a +10,0%.

No que diz respeito ao desempenho setorial relativo à arrecadação de ICMS no Estado, houve destaques positivos para a produtividade tributária do segmento de serviços de transportes e, para o comércio em geral. O destaque negativo foi registrado nas atividades do setor primário.

Tabela 34 - Arrecadação de ICMS por Setores e Atividades Selecionadas no Estado do Maranhão no Mês de Maio/11- Valores Constantes Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2011

Período	Total	S. Primário	S. Secund.	Terc. Atac.	Ter. Var.	Terc. Transp.	Terc. Comum.	Terc. Outros	Terc. Total	Energia	Petróleo e Comb.
Em R\$ Mil	245.153	758	36.158	37.519	42.719	6.323	31.671	2.868	121.100	21.688	65.449
(% do Total)	100,0	0,3	14,7	15,3	17,4	2,6	12,9	1,2	49,4	8,8	26,7
Contra mesmo mês do ano anterior	-0,7	11,3	-8,7	3,8	46,5	50,1	3,6	9,8	17,9	-19,1	-15,2
6 meses contra igual período do ano anterior	9,1	-24,9	8,1	15,6	17,7	25,1	8,9	10,4	14,8	-7,5	6,9
12 meses contra igual período do ano anterior	10,0	-26,2	4,1	13,8	19,1	62,8	7,2	12,2	15,5	6,7	7,4

Fonte: Confaz

A Tabela 35 relativa à arrecadação de impostos federais mostra os dados referentes aos anos de 2007 ao primeiro trimestre de 2011. No período 2007-2010, a arrecadação cresceu em média +65,6% a.a. e os impostos com desempenhos mais representativos foram: *COFINS*², que cresceu +68,1% a.a. representou 36,6% do total das receitas arrecadadas; *Imposto de Renda*, que cresceu + 68,7% a.a. no período e representou 18,1% das receitas e, *CIDE-Combustíveis* que cresceu +76,7% a.a. e representou 14,0% em 2010.

²A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é uma contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social.

Tabela 35 - Evolução da Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão de 2007 a 2011*(R\$ Milhões, Inflacionados pelo IPCA Acumulado de 2011)

Receita	2007	2008	2009	2010	2010*	2011*	Comp % 2010*	Comp % 2011*	Tx média de cresc. 07 a 10 (% a.a.)	Tx de cresc. (%) 11/10
Imposto Sobre Importação	72,4	74,9	68,7	188,8	19,3	17,5	1,3	1,1	37,6	-9,3
Imposto Sobre Exportação	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	64,0	3,7
IPI - Total	222,5	189,5	98,4	333,6	39,4	65,2	2,7	4,1	14,5	65,3
Imposto Sobre a Renda - Total	399,7	520,1	528,6	1.918,4	260,4	308,8	18,1	19,4	68,7	18,6
IRPF	61,2	78,3	91,8	334,0	47,2	60,7	3,3	3,8	76,1	28,6
IRPJ	154,4	232,6	234,8	849,5	113,8	139,0	7,9	8,7	76,5	22,2
IR Retido Na Fonte	184,1	209,2	202,0	734,9	99,4	109,1	6,9	6,8	58,6	9,8
Imp. S/ Operações Financeiras	1,4	2,6	1,9	6,6	0,7	0,9	0,1	0,1	67,9	21,2
Imposto Territorial Rural	3,9	3,2	6,2	20,5	0,9	0,7	0,1	0,0	73,7	-21,6
COFINS	931,8	1.096,5	864,0	4.422,4	608,7	584,1	42,4	36,6	68,1	-4,0
Contribuição Para o PIS/PASEP	256,0	298,7	243,9	1.193,0	162,3	173,4	11,3	10,9	67,0	6,8
CSLL	133,4	167,6	172,1	646,1	83,0	94,3	5,8	5,9	69,2	13,7
Cide-Combustíveis	250,3	179,1	140,5	1.381,0	200,7	212,7	14,0	13,3	76,7	6,0
Contribuições Para o FUNDAF	0,5	0,3	0,6	2,6	0,4	0,4	0,0	0,0	77,1	-0,6
CPSSS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras Receitas Administradas	26,6	17,9	22,1	220,9	31,4	33,5	2,2	2,1	102,6	6,9
Receita Administrada Pela RFB	2.298,9	2.556,7	2.158,9	10.334,1	1.407,2	1.563,9	98,0	98,1	65,0	11,1
Demais Receitas (Inclusive Taxas)	22,5	22,7	55,3	211,4	29,2	29,9	2,0	1,9	111,0	2,6
Total Geral	2.321,4	2.579,4	2.214,2	10.545,5	1.436,4	1.593,9	100,0	100,0	65,6	11,0

Fonte: Receita Federal e Ministério da Fazenda *1º Semestre

No primeiro semestre de 2011, a arrecadação federal cresceu 11,0%, comparada com o mesmo período do ano passado. Os impostos com maior peso nesse resultado foram: Imposto sobre a renda (+18,6%), PIS/PASEP³ (+6,8%) e CIDE-Combustíveis⁴ (+6,0%).

3.4.2 Transferências Constitucionais

FUNDEB é destaque no crescimento das transferências constitucionais estaduais e municipais

A economia do Maranhão é caracterizada pela forte dependência em relação às transferências constitucionais estaduais e municipais. As transferências constitucionais para o Estado se expandiram em média 7,6% ao ano em termos reais no período 2000 a 2010.

As transferências do FUNDEB registraram uma taxa média de crescimento de 10,4% ao ano, enquanto que os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) destinados ao Maranhão (responsáveis por cerca de 76,0% das transferências constitucionais totais para o Estado em 2010) registraram taxa de expansão média de 5,0% a.a., no período em questão.

³Programa de Integração Social, mais conhecido como PIS/PASEP ou PIS, é uma contribuição social de natureza tributária, devida pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

⁴Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis (fuel-oil), gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural e de nafta e álcool etílico combustível. CIDE-Combustíveis tem como fatos geradores as seguintes operações, realizadas com os :a) a comercialização no mercado interno; e b) a importação. São contribuintes da Cide-Combustíveis, o produtor, o formulador e o importador (pessoa física ou jurídica).

Analisando a Tabela 36, observa-se que os números disponíveis relativos aos cinco primeiros meses de 2011 mostram o grande dinamismo nas transferências de recursos constitucionais ao Estado (crescimento de 16,2% comparação com o mesmo período do ano anterior), com destaque para o FUNDEB que cresceu à taxa de 52,4% enquanto que o FPE cresceu apenas 6,8%.

Tabela 36 – Transferências Constitucionais para o Estado do Maranhão (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2011)

Ano	FPE	IPI-EXP	FUNDEB/ FUNDEF*	LC 87/96	Outros	Total
2000	1.820.061,8	44.994,8	296.927,3	85.501,3	-	2.247.485,3
2001	1.992.836,4	47.215,4	285.251,7	73.841,5	-	2.399.145,0
2002	2.240.262,8	33.451,5	303.529,1	74.005,8	-	2.651.249,2
2003	1.992.339,3	21.087,7	248.890,3	70.161,6	-	2.332.478,8
2004	2.064.926,5	24.279,1	284.405,1	51.155,3	75.948,8	2.500.714,7
2005	2.441.216,3	26.127,7	275.221,0	48.364,3	105.090,8	2.896.020,1
2006	2.617.513,1	31.735,2	238.898,9	26.828,9	131.118,5	3.046.094,5
2007	2.855.167,3	34.422,9	462.375,9	25.205,4	116.054,2	3.493.225,8
2008	3.213.217,6	40.253,7	655.887,2	23.242,4	118.344,5	4.050.945,4
2009	2.886.466,3	25.804,7	829.274,5	21.696,5	57.473,7	3.820.715,7
2010	2.956.598,3	32.026,9	795.910,4	20.642,9	83.712,2	3.888.890,7
2010**	1.233.184,1	11.796,8	334.888,8	8.704,6	22.021,2	1.610.595,6
2011**	1.317.083,7	14.154,3	510.533,5	8.214,7	21.812,8	1.871.798,9
Taxa de crescimento						
2010 / 2009	2,4	24,1	-4,0	-4,9	45,7	1,8
2011 / 2010	6,8	20,0	52,4	-5,6	-0,9	16,2
Cresc a.a. (%)						
2000 a 2010	5,0	-3,3	10,4	-13,2	1,6	7,6

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Maranhão

*A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB **1º Janeiro a Maio

No que se refere às transferências constitucionais para os municípios maranhenses – de forma parecida ao que se verificou no caso do Estado - houve uma forte expansão na década de 2000, especialmente, no diz respeito aos recursos do FUNDEB (crescimento de 11,1% a.a. em termos reais) e ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM (6,1% a.a.), que são as modalidades responsáveis por quase a totalidade das transferências constitucionais para os municípios maranhenses.

Tabela 37 – Transferências Constitucionais para Municípios do Maranhão (R\$ Mil Inflacionados pelo INPC de Acumulado de 2011)

Ano	FPM	ITR	FUNDEB/ FUNDEF*	LC 87/96	Outros	Total
2000	1.043.680,4	2.430,3	763.236,1	27.867,2	-	1.837.214,0
2001	1.167.256,6	2.742,0	795.717,7	24.613,9	-	1.990.330,2
2002	1.311.657,2	3.721,0	840.957,2	24.668,6	-	2.181.004,0
2003	1.164.137,3	2.696,7	763.984,3	23.387,2	-	1.954.205,5
2004	1.202.384,6	2.604,2	953.579,4	17.051,8	25.294,8	2.200.914,9
2005	1.439.199,5	2.380,7	1.030.709,6	16.121,5	35.039,8	2.523.451,1
2006	1.564.926,7	2.467,2	1.056.337,9	8.943,0	43.727,3	2.676.402,0
2007	1.748.573,6	2.453,9	1.637.927,9	8.401,8	38.706,2	3.436.063,3
2008	2.047.033,4	2.318,1	1.930.333,6	7.747,5	39.477,6	4.026.910,3
2009	1.834.698,2	2.331,5	2.161.764,4	7.232,2	19.169,2	4.025.195,5
2010	1.878.703,8	2.549,6	2.183.701,9	6.881,0	27.904,3	4.099.740,6
2010**	744.894,5	468,4	918.229,0	-	10.242,1	1.673.834,0
2011**	912.218,6	360,0	1.401.383,3	-	10.009,2	2.323.971,1
Taxa de crescimento						
2010 / 2009	2,4	9,4	1,0	-4,9	45,6	1,9
2011 / 2010	22,5	-23,1	52,6	-	-2,3	38,8
Cresc a.a. (%)						
2000 a 2010	6,1	0,5	11,1	-13,1	1,6	10,9

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Maranhão

*A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB **Janeiro - Maio

Vale a pena observar uma inversão na composição dos recursos a partir de 2009: o FUNDEB tornou-se mais significativo que o FPM.

Nos primeiros cinco meses de 2011, registrou-se também acelerado dinamismo nas transferências constitucionais federais aos municípios maranhenses: enquanto o FPM cresceu à taxa de 22,5% em termos reais, os recursos transferidos sob a rubrica do FUNDEB registraram crescimento de 52,6%, em comparação com o mesmo período de 2010.

3.4.3 Transferências De Renda

Programa Bolsa Família chega a mais de 900 mil famílias no Maranhão em 2011, com perspectiva de expansão

As transferências diretas de renda federais mais significativas são o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). De 2004 a 2010, a quantidade de famílias atendidas pelo PBF cresceu em média 14,8% a.a. e, ao compararem-se os dois últimos anos, o crescimento foi de 3,6%, de 380,7 mil famílias em 2009 para 902,9 mil em 2011,

O governo Dilma Rousseff lançou neste ano o **Plano Brasil Sem Miséria**, cujo objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

O Plano Brasil sem Miséria atuará no Programa Bolsa Família de duas formas: 1) *detectar e incluir famílias com perfil do Programa Bolsa Família, mas que não estão cadastradas no Programa*: estima-se que no Maranhão 150 mil famílias devem ser incluídas; 2) *ampliação do número de beneficiários por família*: em abril de deste ano a quantidade de benefícios por família passou de três para cinco crianças e adolescentes (o teto do benefício passou de R\$ 200,00 para R\$ 242,00).

Tabela 38 – Programa Bolsa Família – Famílias Beneficiadas (Mil Pessoas) e Valor do Repasse Monetário (R\$ Milhões) – Maranhão, Nordeste e Brasil

Ano	Famílias			Valor		
	MA	NE	BR	MA	NE	BR
2004	380,7	3.320,4	6.571,8	374,7	2.994,4	5.224,0
2005	532,1	4.245,6	8.700,4	484,3	3.867,7	7.378,2
2006	706,9	5.442,6	10.965,8	677,7	4.952,5	9.439,5
2007	737,5	5.573,6	11.043,1	805,9	5.742,5	10.872,9
2008	729,6	5.445,4	10.558,0	922,1	6.497,8	12.192,4
2009	846,3	6.207,6	12.370,9	1.042,1	7.248,6	13.751,2
2010	871,3	6.685,0	12.778,2	1.129,4	8.206,2	14.905,2
2011*	902,9	6.617,1	12.999,6	604,7	4.183,3	8.032,5
11/10	3,6	-1,0	1,7	-	-	-
% a.a.	14,8	12,4	11,7	20,2	18,3	19,1

Fonte: MDS *1º Semestre

Tabela 39 - Benefício de Prestação Continuada – Famílias Beneficiadas (Mil Pessoas) e Valor do Repasse Monetário (R\$ Milhões) – Maranhão, Nordeste e Brasil

Ano	Famílias			Valor		
	MA	NE	BR	MA	NE	BR
2004	95	752	2.061	369,8	2.969,0	8.010,4
2005	109	822	2.277	456,5	3.532,1	9.753,3
2006	120	888	2.477	585,5	4.380,2	12.192,5
2007	130	960	2.681	678,5	5.017,0	14.005,3
2008	143	1.047	2.934	769,5	5.658,5	15.847,0
2009	154	1.130	3.167	906,6	6.631,7	18.614,4
2010	166	1.299	3.402	1.020,8	7.944,8	20.848,9
2011*	170	1.251	3.478	473,7	3.480,7	9.687,6
11/10	2,2	-3,7	2,3	-	-	-
% a.a.	9,8	9,5	8,7	18,4	17,8	17,3

Fonte: MDS 1º semestre

É importante destacar que o elevado peso das transferências para a renda das famílias tem um impacto capilarizado sobre os níveis de consumo das economias locais.

Analisando a **Tabela 39**, observa-se que o crescimento médio dos repasses monetários entre os anos 2004 e 2010 (18,4% a.a.), relativos ao BPC foi bem superior ao de famílias atendidas (9,8% a.a.). Destaca-se como fator preponderante para esse crescimento a política de valorização do salário mínimo implementada em 2000 (uma vez que o BPC é no valor de 1 salário mínimo).

Percebe-se, ainda que no ano de 2011, houve uma elevação de 2,2% no total de beneficiários do Programa (de 166 mil em 2010 para 170 mil em 2011).

3.4.4 Despesas

Despesas do Estado diminuem ritmo de crescimento

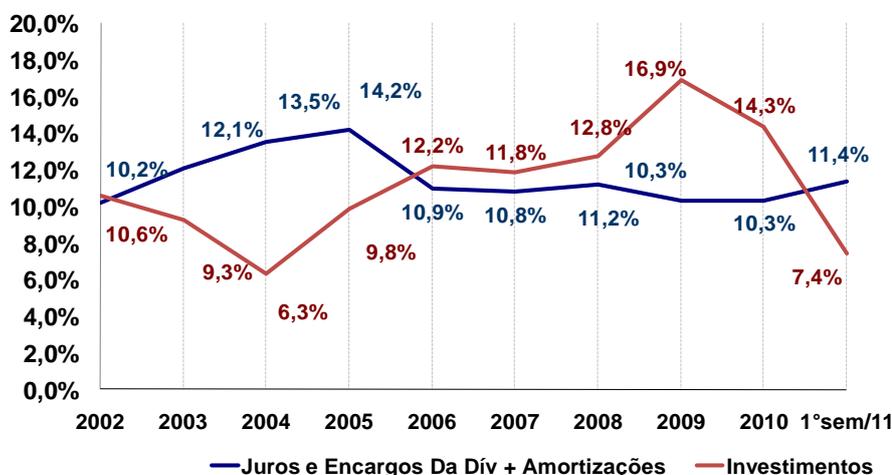
As despesas totais do governo do Estado do Maranhão, que cresceram em termos reais à taxa de 10,8% no período 2004 a 2010, apresentaram redução de 11,6% no primeiro semestre de 2011 (em comparação com o 1º sem/10), explicada, principalmente, pela redução das Despesas de Capital.

Tabela 40 – Governo do Estado do Maranhão – Evolução da Despesa Por Principais Categorias de Gastos (R\$ Milhões a Preços de 2010, Crescimento e % do Total)

Categoria de Despesa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 1ºSem	2011 1ºSem	Cresc. (% a.a.) 04 a10	Tx de cresc. 10 a 11	Comp. (%) 2011
Despesa Total	4.603	4.601	6.484	6.812	7.342	8.266	8.531	4.768	4.215	10,8	-11,6	100,0%
Despesa Corrente	3.964	3.786	5.331	5.652	6.025	6.462	6.995	3.533	3.728	9,9	5,5	88,4%
Pessoal + Encargos Sociais	2.289	1.902	2.938	3.126	3.008	3.321	3.304	1.661	1.551	6,3	-6,6	36,8%
Pessoal Ativo	1.546	1.693	2.059	2.243	2.331	2.644	2.885	1.412	1.421	11,0	0,6	33,7%
Outros Serv. de Terceiros - PJ e PF	329	14	655	700	407	426	157	146	18	-11,6	-87,8	0,4%
Encargos	414	194	224	183	269	251	262	103	113	-	9,6	2,7%
Inativos + Pensionistas	456	495	613	699	821	952	1.092	607	628	15,6	3,5	14,9%
Trans. aos Municípios	489	633	822	796	946	890	1.028	585	512	13,2	-12,4	12,2%
Transf. a Instituições Priv.	97	112	175	168	222	253	173	109	59	10,1	-45,6	1,4%
Juros e Encargos	278	292	354	393	469	501	576	281	309	12,9	9,9	7,3%
Outras Despesas Correntes	354	351	429	469	559	545	821	290	668	15,1	130,5	15,8%
Despesas de Capital	639	815	1.154	1.160	1.317	1.804	1.536	1.236	487	15,7	-60,6	11,6%
Investimentos	290	452	790	805	937	1.396	1.224	1.093	313	27,1	-71,4	7,4%
Transf. de Capital	58	251	403	319	278	449	355	424	105	35,1	-75,2	2,5%
Transf. a Municípios	29	234	368	273	225	438	322	390	105	49,5	-73,1	2,5%
Outras Transf.	30	17	34	46	53	11	33	34	0	2,0	-99,7	0,0%
Aplicações Diretas	5	3	8	13	29	59	9	0	4	9,0	2.159,7	0,1%
Amortizações	343	360	356	342	351	349	303	143	170	-2,1	19,1	4,0%
Juros e Encargos da Dívida + Amortizações	622	652	710	735	820	850	879	424	479	6,0	13,0	11,4%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do MA; (*) Preços dos anos anteriores inflacionados com base no INPC.

Na comparação do primeiro semestre de 2011 com o primeiro semestre de 2010, as Despesas Correntes registraram uma pequena elevação de 5%, face à elevação nas rubricas *Inativos e Pensionistas* (+ 9,6%) e *Juros e Encargos* (7,3%). Já as Despesas de Capital que se reduziram em 60,6%, apresentaram queda em todas as rubricas, com exceção a das *amortizações* que se elevou em 19,1%.



A elevação da rubrica *Amortizações* e a redução dos *Investimentos*, no primeiro semestre de 2011, deixaram o corrente ano com maior proporção de despesas com a dívida em relação aos gastos com investimento no Estado.

Gráfico 23 – Investimentos e Serviços da Dívida como % das Despesas Totais – Governo do Estado do Maranhão – 2002 ao 1ºSem/11

Fonte: Portal da Transparência do MA

BOX – DIMENSÃO ATUAL DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE E BRASILEIRO

Geilson Pestana

Este estudo tem por objetivo dimensionar o grau de formalização presente na estrutura do mercado de trabalho do Maranhão, comparando-o, também, com o do Brasil.

Na primeira etapa, é feita uma análise do percentual de empregados formais no total de ocupados em cada setor e, em seguida, é discutida a participação de emprego formal que cada setor apresenta no estoque de empregos formais, a fim de clarear a situação atual em que se encontra a estruturação do mercado de trabalho no Estado. Este estudo tem como referencial a média nacional.

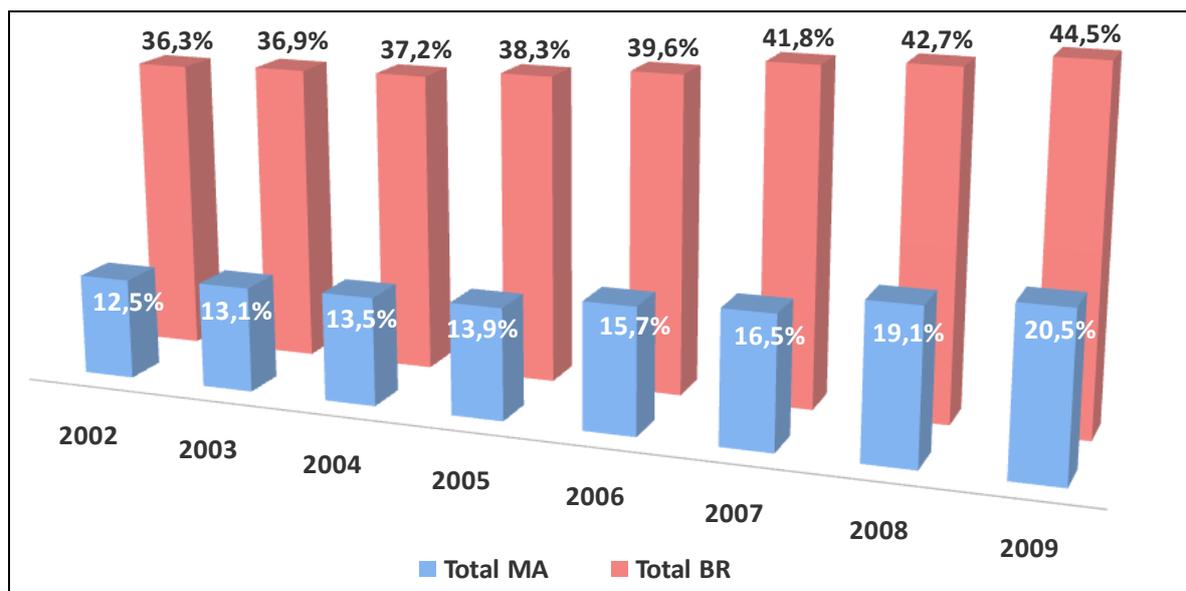


Gráfico 24 - Evolução do Percentual de Emprego Formal no Total de Ocupados de 2002 a 2009, Segundo RAIS e PNAD - Brasil e Maranhão

Fonte: RAIS/MET/CAGED e PNAD/IBGE

O **Gráfico 24** mostra que ocorreu uma elevação do percentual de emprego formal em relação ao total de ocupados, entre 2002 e 2009, tanto na média brasileira quanto na maranhense. Os dados em análise foram retirados do agregado do estoque de empregos formais dos subsetores de atividade classificados pela RAIS e, comparado com o agregado dos ocupados nos grupamentos de atividade presentes na PNAD.

A seguir identificou-se o percentual de emprego formal no total de ocupados no Estado e também no Brasil. Nos dois casos houve um expressivo crescimento do percentual de empregos formais comparado ao total dos ocupados.

No plano nacional, invertendo tendência observada nas duas décadas anteriores, o emprego formal passou de 36,5% do total de ocupados em 2002 para 44,5% no último ano em análise. O Estado do Maranhão, conhecido pela precarização nas relações de trabalho, reverteu essa situação deficitária e apresentou um percentual de formalização quase dobrada, passando de 12,5% do total dos ocupados para 20,5% em 2009, ainda assim, um patamar bastante baixo se comparado à média nacional.

No mercado de trabalho maranhense em 2002, excluindo a administração pública, os setores que possuíam a maior porcentagem de empregados formalizados em relação aos ocupados eram o setor de Serviços (16,9%) e o Comércio (12,3%). No ano de 2009, esses dois setores mantiveram as maiores porcentagens de formalização de emprego.

Por outro lado, é notável a evolução registrada na Indústria do Estado, de 13,3% em 2002 para 19,3% em 2009. Esses dados desmistificam a idéia de que a indústria é o setor que mais contrata emprego formal no Maranhão. Convém destacar, no entanto que, esse setor registrou evolução bastante positiva e contribuiu, por conseguinte, para a redução da informalidade no Estado. Já no plano nacional, o percentual do emprego formal no total de ocupados na indústria saltou de 48,6% em 2005 para 55,7% em 2009, ou seja, mais da metade dos ocupados no setor da indústria no país são formalizados, enquanto que no Maranhão este percentual é somente de 19,3%.

O destaque da análise do Maranhão recai sobre a Construção Civil que em 2002 exibiu 9,2% dos empregos formais em relação ao total de ocupados no setor e, em 2009, registrou 17,1%. No Brasil, também, esse percentual elevou-se de 19,7% em 2002 para 30,9% em 2009.

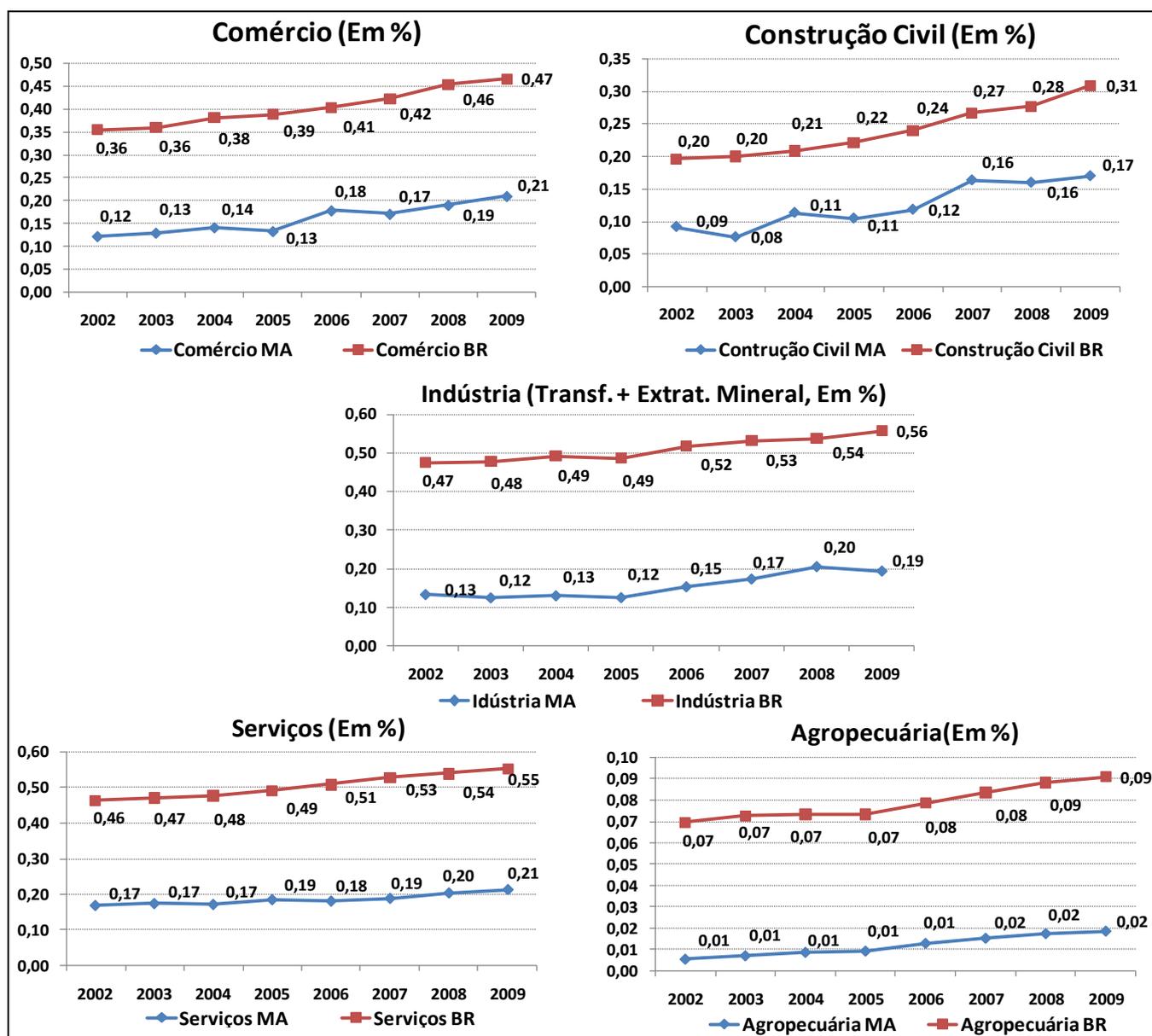


Gráfico 25 - Evolução do Percentual de Emprego Formal no Total de Ocupados (Maranhão e Brasil) nos Principais Setores de 2002 a 2009.

Fonte: RAIS/MTE/CAGED e PNAD/IBGE

A agropecuária é o setor com menor percentual de emprego formal no total de ocupados na média nacional e também no Estado. Entre 2002 e 2009, esse valor não alcançou nem 2% para o Estado. Essa análise dá o indicativo do elevado grau de precarização do trabalho e informalidade nesse setor. As Lavouras temporárias possuem maior peso no valor adicionado desse setor na ordem de 45,3% em 2008, segundo publicação do IMESC do PIB-MA (2004-2008). Vale ressaltar, também, que há grande parcela dos ocupados nesse setor trabalhando para o próprio consumo.

Utilizando dados de estoque de emprego formal fornecidos pela RAIS para o Maranhão, a análise da participação dos setores de atividade na economia permite identificar em quais setores há maior grau de formalização e, também, aqueles em que as condições de trabalho e assistência ao trabalhador são mais precárias, ou seja, há maior grau de informalidade.

Tabela 41 – Evolução da Participação (%) por Subsetores do Estoque de Emprego no Mercado de Trabalho Formal do Maranhão de 2002 a 2010, Segundo a RAIS

Subsetores de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação Absoluta
Total	100,0	-								
INDÚSTRIA	6,6	6,6	6,4	6,2	6,8	7,0	6,7	6,0	5,9	-0,7
Extrativa Mineral	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1
Indústria de Transformação	6,5	6,5	6,3	6,1	6,7	6,9	6,6	5,8	5,6	-0,8
Construção civil	4,6	3,8	4,3	4,3	4,9	6,0	7,5	7,2	9,4	4,8
Comércio	15,5	16,1	17,0	17,3	17,7	17,9	17,6	18,3	18,6	3,1
Comércio varejista	13,4	13,9	14,6	15,1	15,3	15,0	14,5	15,0	15,5	2,1
Comércio atacadista	2,1	2,2	2,4	2,2	2,4	2,9	3,1	3,3	3,1	1,0
Serviços	24,9	24,2	24,6	24,5	24,0	23,3	22,4	22,6	22,3	-2,7
Agropecuária	2,0	2,4	2,7	2,9	3,3	3,6	3,2	3,1	2,8	0,8
SIUP¹	1,7	1,5	1,4	1,4	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0	-0,7
Administração Pública	44,7	45,4	43,6	43,4	42,2	40,9	41,5	41,6	40,1	-4,6

Fonte: RAIS/MTE/CAGED

¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública

A **Tabela 41** mostra que no período de referência os setores que apresentaram evolução mais positiva, na participação de empregos formais do total do Estado, foram Indústria de Construção Civil e Comércio. Em 2002, a construção civil registrou participação de 4,6% do total de empregos formais, enquanto que em 2010 obteve 9,4%. O comércio, por sua vez, passou de 15,5% em 2002 para 18,6% em 2010.

No Maranhão, o setor de Serviços registrou participação significativa ao longo do período de referência, contudo os dados mostram que esse setor apresentou uma variação absoluta negativa de 2,7%, comparando 2010 com 2002. No plano nacional este setor apresenta a maior participação de empregados formais no total de ocupações, mantendo-se praticamente estável no período de referência. Ainda no âmbito nacional a Construção civil (sai de 3,9% em 2002 e chega a 5,7% em 2010) e o Comércio (sai de 16,8 para 19%) foram os dois subsetores que mais aumentaram a participação dos formalizados, em 2010.

Tanto em nível do Brasil quanto do Maranhão, o Comércio Varejista registrou superioridade em relação ao atacadista. Entre 2002 e 2009 o primeiro apresentou variação absoluta positiva de 2,1% e o segundo, variação positiva de 1,0% no Estado. O país registrou, para o mesmo período, variação absoluta de 1,7% para o primeiro e 0,5% para o segundo. Isso indica que foi percebido no Estado crescimento mais acelerado que a média nacional tanto no comércio varejista quanto atacadista (**Tabela 42**).

A atividade que possui maior parcela de empregos formais em relação ao total de empregos do Estado continuou sendo da Administração Pública, 41% em 2010, quase o dobro do que foi registrado no setor de serviços no plano nacional em 2010(22%). Este fato nos remete ao elevado nível de dependência em relação ao setor público que a economia maranhense apresenta, tanto em relação à sustentação do emprego formal quanto no que se refere ao repasse de transferências do Governo Federal.

Tabela 42 - Evolução da Participação (%) por Subsetores do Estoque de Emprego no Mercado de Trabalho Formal do Brasil de 2002 a 2010, Segundo RAIS

Subsetores de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição Absoluta
Total	100	-								
INDUSTRIA	18,6	18,5	19,3	18,9	19,3	19,3	19,1	18,4	18,4	-0,2
Extrativa Mineral	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,1
Indústria de Transformação	18,2	18,1	18,9	18,5	18,8	18,8	18,5	17,9	17,9	-0,3
Construção civil	3,9	3,5	3,6	3,7	4,0	4,3	4,9	5,2	5,7	1,8
Comércio	16,8	17,3	17,8	18,1	18,0	18,2	18,6	18,7	19,0	2,2
Comércio varejista	14,2	14,6	15,0	15,2	15,1	15,2	15,5	15,6	15,9	1,7
Comércio atacadista	2,6	2,7	2,8	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	3,1	0,5
Serviços	32,0	31,7	31,5	31,6	31,9	31,7	31,9	32,1	32,6	0,5
Agropecuária	4,0	4,1	4,2	3,9	3,9	3,7	3,6	3,5	3,2	-0,8
SIUP¹	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	-0,2
Administração Pública	23,7	23,7	22,6	22,7	22,0	21,8	21,1	21,3	20,2	-3,4

Fonte: RAIS/MTE/CAGED

¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública

Para o Maranhão, o subsetor da Indústria de Transformação, registrou 5,6% de participação no total de empregos formais em 2010 contra 6,5% em 2002, refletindo o baixo grau de diversificação da estrutura industrial do Estado. Por outro lado, o Brasil, até mesmo por apresentar uma maior participação relativa da indústria registrou em 2010 participação de 17,9%, mantendo-se praticamente estável desde 2002.

É necessário atentar para a diferença entre a composição setorial do estoque de empregos formais e o grau de informalidade em cada setor tomado isoladamente. Uma diminuta participação de um setor no estoque de empregos formais não necessariamente significa que o mesmo possua elevado grau de informalidade, mas sim uma reduzida demanda do fator trabalho em favor do fator capital; já a análise do grau de informalidade no interior de determinado setor permite concluir o grau de precarização e desestruturação do mercado de trabalho setorial.

Em resumo, o balanço da participação de cada setor na utilização do emprego formal de 2002 a 2010 permite concluir, que o setor com maior parcela de trabalho informal atualmente no Maranhão é a Agropecuária, seguido da Indústria. O carro chefe de formalização é a Administração pública (40% dos empregos formais), devido às características estruturais da economia maranhense, enquanto que o país exibe metade desse percentual (20,2%).

De fato, entre 2002 e 2009 houve redução da informalidade tanto na média nacional quanto no Estado. Vale ressaltar que no Maranhão o percentual de formalizados no total de ocupados passou de 12% em 2002 para 20% em 2009, enquanto que a média nacional passou de 36% em 2002 para 45% em 2009.

No período de referência, o Comércio e a Construção Civil foram os subsectores que mais aumentaram a participação de empregados formais em relação ao total dos ocupados, tanto no plano nacional quanto estadual, com a ressalva de que o Estado exibiu crescimento bem mais expressivo do que o país. No Maranhão Comércio e Indústria de construção Civil registraram variação absoluta dessa participação em 3,1% para o primeiro e 4,5% para o segundo, enquanto que o Brasil registrou variação absoluta de 2,2 % para o primeiro e 1,8 % para o segundo.

Vale destacar o setor de Serviços, que embora ocupando o segundo lugar no que tange à participação no emprego formal no Estado, sofreu expressiva redução de 2,7 % nesta participação para o patamar de 22,3% do emprego formal maranhense em 2010. Tendência contrária à média nacional, que manteve a estabilidade na participação no emprego formal do referido setor, mantendo a posição de líder com 32,6% da participação no estoque de emprego formal 2010.